

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE
CAMPUS ITAPERUNA
LICENCIATURA EM QUÍMICA**

**ISABEL BASTIDA MEDEIROS
THÚLIO LAUZINO FINAMÔR PEREIRA**

**DIVERSIFFICA:
Propondo caminhos para o trabalho com Educação em Direitos Humanos através
de um repositório digital**

**Itaperuna, RJ
2023**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE
CAMPUS ITAPERUNA
LICENCIATURA EM QUÍMICA**

**ISABEL BASTIDA MEDEIROS
THÚLIO LAUZINO FINAMÔR PEREIRA**

DIVERSIFICA:

Propondo caminhos para o trabalho com Educação em Direitos Humanos através de um repositório digital

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado do Curso Superior de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense **Campus** Itaperuna.

Orientador: Dr. João Felipe Barbosa Borges.

**Itaperuna, RJ
2023**

Biblioteca Maria Alice Barroso
CIP - Catalogação na Publicação

M488d Medeiros, Isabel Bastida
DIVERSIFFICA: Propondo caminhos para o trabalho com Educação em Direitos Humanos através de um repositório digital. / Isabel Bastida Medeiros, Thúlio Lauzino Finamor Pereira - 2023.
107 f.: il. color.

Orientador: João Felipe Barbosa Borges

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Campus Itaperuna, Curso de Licenciatura em Química, Itaperuna, RJ, 2023.
Referências: f. 72 a 76.

1. Educação em Direitos Humanos. 2. Repositório Digital. 3. Materiais Didáticos. I. Pereira, Thúlio Lauzino Finamor. II. Borges, João Felipe Barbosa, orient. III. Título.

**ISABEL BASTIDA MEDEIROS
THÚLIO LAUZINO FINAMÔR PEREIRA**

DIVERSIFFICA:

Propondo caminhos para o trabalho com Educação em Direitos Humanos através de um repositório digital

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado do Curso Superior de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense **Campus Itaperuna**.

APROVADA EM _____

Banca examinadora:

Prof. DSc. João Felipe Barbosa Borges (IFF) - Presidente

Prof.^a DSc. Juliana Baptista Simões (IFF) - Avaliadora

Prof.^a MSc. Giselda Maria Dutra Bandoli (IFF) - Avaliadora

Agradecimentos

Os nossos agradecimentos iniciais são a Deus, pelo dom da vida e por nos ter sustentado até aqui.

A culminância deste trabalho de conclusão de curso é fruto de muitas colaborações, dentre as quais agradecemos:

Aos nossos pais, Fabiano, Terezinha de Jesus, Alexandre e Rosana, e aos nossos irmãos, Moisés e Áthyla, que estiveram ao nosso lado a todo momento, nos incentivando durante toda a trajetória.

Ao nosso professor orientador, João Felipe Barbosa Borges, que mesmo diante de muitos compromissos profissionais, não hesitou e nem mediu esforços para nos conduzir durante esses meses, contribuindo significativamente para a elaboração do trabalho.

A nossa coordenadora do curso da Licenciatura em Química, Juliana Baptista Simões, que durante todo o curso e também no desenvolvimento deste projeto, deu todo o suporte necessário para a nossa evolução enquanto profissionais da educação.

A todas as nossas professoras e professores, que nos permitiram vivenciar este momento final, através de todo o conhecimento adquirido no decorrer desses 4 anos.

A todas as professoras e professores do Instituto Federal Fluminense **Campus** Itaperuna, por terem ajudado na coleta de dados desse projeto.

A todos os nossos amigos, em especial, a Laura Camargo Dornellas Vidigal Juliano, que esteve conosco durante toda a nossa trajetória, nos incentivando e impulsionando, e também pela contribuição na execução de alguns planos de aula presentes no repositório digital.

Ao Instituto Federal Fluminense **Campus** Itaperuna, por todo apoio e espaço para a realização da pesquisa.

A todas e a todos, que direta ou indiretamente, participaram de todo o processo da pesquisa.

Por fim, a nós, por estarmos em sintonia um com o outro durante toda a jornada do trabalho.

Resumo

Em uma sociedade historicamente marcada por desigualdades de toda ordem, faz-se premente a publicação de documentos e legislações que atestem o papel do Estado e de todas e todos na promoção dos Direitos Humanos, compreendidos como direitos básicos à dignidade humana de qualquer indivíduo, sem distinção. O maior desafio, porém, tem sido garantir a aplicação prática dos direitos defendidos nas legislações. Para tanto, é consensual apontar a importância da Educação em Direitos Humanos na formação escolar. As discussões em torno da temática muito se fortaleceram no âmbito acadêmico. No entanto, será que de fato a temática se consolidou, sendo aplicada em sala de aula? O problema é agravado pela falta de incentivo à formação continuada pelas redes de ensino ou mesmo de materiais de referência que sirvam de exemplos ao trabalho com Educação em Direitos Humanos. Nesse sentido, o presente trabalho elege como objetivo principal a criação de um repositório digital aberto com materiais didáticos que abordem os Direitos Humanos de forma transversal nas diferentes áreas do conhecimento, a saber: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias. Para isso, a abordagem metodológica adotou como escola-campo para a criação do repositório, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense **Campus** Itaperuna. Os procedimentos da pesquisa se dividiram em seis etapas, sendo estas: levantamento bibliográfico; coleta de dados; pesquisa e seleção de materiais didáticos; organização dos materiais e pesquisa e seleção de materiais didáticos, criação do repositório digital; divulgação do repositório; e avaliação da pesquisa. Obteve-se como indicativo a escassez, sobretudo nas áreas de Ciências da Natureza e Matemática, no que se refere ao trabalho com as transversalidades ligadas aos Direitos Humanos em sala de aula. Os resultados consistiram na disponibilização do repositório digital em um **website**, intitulado, em referência à escola-campo, como “DiversIFFica”, permitindo o acesso a um total de trezentos e sessenta materiais didáticos organizados por área do conhecimento, componente curricular e tipo de material (planos de aula, exercícios, jogos didáticos, textos e artigos).

Palavras-Chave: Educação em Direitos Humanos. Repositório digital. Materiais Didáticos.

Abstract

In a society historically marked by inequalities of all kinds, It is urgent to publish documents and legislation that attest to the role of the State and of all in the promotion of Human Rights, understood as basic rights to the human dignity of any individual, without distinction. The biggest challenge, however, has been to guarantee the practical application of the rights defended in the legislation. Therefore, it is consensual to point out the importance of Education in Human Rights in school education. Discussions around the theme were greatly strengthened in the academic field. However, has the theme actually been consolidated, being applied in the classroom? The problem is aggravated by the lack of encouragement for continuing education by education systems or even reference materials that serve as examples of work with Education in Human Rights. In this sense, the present work elects as its main objective the creation of an open digital repository with didactic materials that approach Human Rights in a transversal way in the different areas of knowledge, namely: Languages, Codes and their Technologies; Applied Human and Social Sciences; Natural Sciences and its Technologies; Mathematics and its Technologies. For this, the methodological approach adopted as a field school for the creation of the repository, the Federal Institute of Education, Science and Technology Fluminense Campus Itaperuna. The research procedures were divided into six stages, these being: bibliographic survey; data collection; research and selection of teaching materials; organization of materials and research and selection of teaching materials, creation of the digital repository; dissemination of the repository; and research evaluation. As an indication, scarcity was obtained, especially in the areas of Natural Sciences and Mathematics, with regard to work with transversalities linked to Human Rights in the classroom. The results consisted of making the digital repository available on a website, titled, in reference to the field school, as "DiversIFFica", allowing access to a total of three hundred and sixty teaching materials organized by areas of knowledge, curricular component and type of material (lesson plans, exercises, educational games and texts and articles).

Keywords: Human Rights Education. Digital Repository. Teaching Materials.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 -	Disciplinas ministradas pelos docentes	32
Gráfico 2 -	Legislações da Educação Básica relacionadas aos Direitos Humanos conhecidas pelos docentes	33
Gráfico 3 -	Temáticas transversais relacionadas aos Direitos Humanos trabalhadas pelos docentes em suas disciplinas	35
Gráfico 4 -	Temas transversais relacionados aos Direitos Humanos registrados nas ementas dos cursos em que os docentes atuam	37
Gráfico 5 -	Temas transversais relacionados aos Direitos Humanos presentes nos livros didáticos utilizados na instituição.....	39
Gráfico 6 -	Temas transversais relacionados aos Direitos Humanos presentes nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) dos cursos em que atua.....	40
Gráfico 7 -	O trabalho com temas relacionados aos Direitos Humanos na escola.....	41
Gráfico 8 -	Realização de cursos de capacitação e/ou formação continuada por parte dos docentes.....	43
Gráfico 9 -	Crenças docentes sobre preparo e formação em Educação em Direitos Humanos	43
Gráfico 10-	Opinião dos docentes acerca da possibilidade de relacionar o conhecimento técnico-científico ministrado em sua disciplina com tais temáticas	44
Gráfico 11-	Opinião dos docentes em relação ao poder da inserção dessas temáticas no interior das disciplinas de contribuir para a minimização do preconceito e intolerância, bem como para a promoção dos Direitos Humanos visando uma sociedade mais igualitária	45
Figura 1 -	Página inicial do Repositório Digital "DiversIFica".....	51
Figura 2 -	Página "Atividades" do Repositório Digital.....	52
Figura 3 -	Subdivisão das atividades disponibilizadas	53
Figura 4 -	Divisão da página "Planos de Aula" das disciplinas de Ciências da Natureza	54

Figura 5 -	Planos de Aula da disciplina de Química	55
Figura 6 -	Página “Textos e Artigos” da disciplina de Química	56
Figura 7 -	Página “Exercícios” da disciplina de Química	57
Figura 8 -	Página “Jogos Educativos” da disciplina de Biologia	58
Figura 9 -	Página “Sobre” do Repositório Digital	59
Figura 10 -	Seção “Contato” do Repositório Digital	60
Figura 11 -	Página “Resultados de Busca” do Repositório Digital	60
Figura 12 -	Página do DiversIFFica no Instagram	63
Figura 13 -	Publicações de apresentação do Repositório Digital.....	64
Figura 14 -	Publicações referentes às conceituações iniciais a respeito dos Direitos Humanos.....	65
Figura 15 -	Publicações acerca das legislações referentes aos Direitos Humanos.....	66
Figura 16 -	Publicações acerca da importância das discussões das temáticas referentes aos Direitos Humanos no espaço escolar	67
Figura 17 -	Publicações referentes aos planos de aulas disponíveis no Repositório Digital	68
Figura 18 -	Painel profissional da conta do DiversIFFica no Instagram	69

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. OBJETIVOS	16
2.1. Objetivo Geral	16
2.2. Objetivos Específicos	16
3. REVISÃO DE LITERATURA	17
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	25
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	29
5.1. Percepção docente sobre o trabalho com Direitos Humanos na escola-campo	30
5.2. A pesquisa e seleção de materiais didáticos e a criação do repositório digital	46
5.3. Divulgação do Repositório Digital	62
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	72
ANEXO A	78
ANEXO B	92

1. Introdução

Em uma sociedade historicamente marcada por desigualdades de ordem econômica, política, social e cultural, faz-se premente o estabelecimento de decretos, leis, tratados e acordos que promovam a dignidade humana e assegurem os direitos básicos de qualquer indivíduo, sem distinção, visto que grupos politicamente minoritários foram, ao longo da história, não só negligenciados pelo Estado na garantia de seus direitos fundamentais, como também excluídos da sociedade civil, sofrendo diversas formas de violência e silenciamento. Apenas para ater-se à idade moderna e contemporânea, vide como exemplos o processo de escravização das populações afrodescendentes, o massacre a populações indígenas, os campos de concentração nazistas, a opressão às mulheres, a discriminação à população LGBTQIA+, a exclusão de pessoas com deficiência e de populações em situação de vulnerabilidade econômica e social, entre outros, todos carregados de preconceitos e violências estruturais de difícil dissolução.

E o fato é que os documentos legislativos são, ainda hoje, insuficientes para romper com as tradicionais estruturas de poder vigentes, bem como para garantir os direitos das populações supracitadas. Data de 1948 um dos primeiros movimentos em defesa dos Direitos Humanos: a Declaração Universal dos Direitos Humanos, firmada entre os países membros da Organização das Nações Unidas (doravante, ONU), com o intuito de garantir para todo indivíduo, indistintamente, a defesa dos seus direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, cultivando a liberdade, a igualdade, a justiça e a paz. Em seu Artigo 2º, a Declaração afirmava que:

Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (ONU, 1948, Art. 2º).

Nos artigos 22, 23, 24, 25 e 26, previa-se ainda o direito de toda pessoa ter acesso à segurança social, trabalho, educação, bem-estar, lazer, saúde, serviços sociais, vestuário e alimentação. Mas a mesma Declaração, firmada como

compromisso entre os quarenta e oito países signatários (entre os quais se incluía o Brasil), não impediu assassinatos de ativistas dos direitos civis por grupos terroristas como a Ku Klux Kan na década de 1960 nos Estados Unidos, a violência e repressão policial contra a população LGBTQIA+ em Nova Iorque que culminou na Rebelião de Stonewall em 1969, ou, no Brasil, a tortura, morte e perseguição a grupos políticos e sociais minoritários durante a ditadura militar.

Os exemplos não são apenas de um passado recente: o relatório *Global Estimates of Modern Slavery*, publicado em 2022 pela Organização Internacional do Trabalho e pela Organização Internacional para Migrações, ambas vinculadas à ONU, estimou a existência de aproximadamente cinquenta milhões de pessoas no mundo vivendo em situação análoga à escravidão, de modo que há mais pessoas em situação de escravidão hoje que em qualquer outro momento da História, as quais estão, inclusive, sujeitas a tráfico humano, servidão por dívida, trabalho doméstico forçado, exploração sexual, e diversas outras violências (OIT; OIM, 2022). O mesmo relatório apontou ainda: oitocentos e vinte e dois milhões de pessoas em situação de fome em 2021, isto é, pessoas que não têm garantia de qualquer refeição; além de cento e quarenta e um países que submeteram sua população à tortura por razões político-culturais. No âmbito das questões de gênero, os dados são complementados pela ONU Mulheres e pelo Escritório das Nações Unidas de Drogas e Crimes, no relatório *Gender-related killings of women and girls (2022)*: mais de oitenta e uma mil meninas e mulheres foram vítimas de feminicídio em 2021; e ao menos uma, em cada três mulheres da população mundial, já sofreu algum tipo de abuso ou violência motivada por gênero.

Especificamente no Brasil, onde os microdados do relatório *Global Estimates of Modern Slavery* ainda não foram divulgados, os números mais recentes são de 2018, e de acordo com o *Global Slavery Index* (WALK FREE, 2019), 370 mil pessoas estavam, à altura, em situação de escravidão. No que se refere à população em situação de fome, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (PENSSAN) apontou trinta e três milhões de brasileiros sem garantia de ao menos uma refeição por dia em 2021 (PENSSAN, 2022). Durante o mesmo ano, de acordo com o Relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2022), uma mulher foi estuprada a cada

dez minutos e uma mulher foi vítima de feminicídio a cada sete horas; foram registrados mais de dez mil casos de injúria racial; trezentas e dezesseis pessoas foram assassinadas por LGBTfobia; e denúncias de intolerância religiosa cresceram 151% em apenas um ano.

Muitos outros exemplos recentes poderiam ainda ser arrolados, como a crise ambiental, vivenciada no mundo e especialmente no território brasileiro nos últimos quatro anos, ou a tragédia humanitária de populações indígenas como os *Yanomami*, no norte do Brasil. O que todos eles evidenciam é que o maior desafio, no âmbito dos Direitos Humanos, tem sido garantir a aplicação prática dos direitos defendidos nas legislações, uma vez que os exemplos citados constituem verdadeiros casos de exceção – exceção das garantias de cidadania e humanidade, das manifestações de direitos, exceção da lei –, mesmo dentro do estado democrático de direito.

Diante da constatada necessidade da legislação alcançar a práxis social, nas discussões em torno da temática, tanto a nível internacional, quanto a nível nacional, é consensual apontar a premência da Educação em Direitos Humanos como via intransponível, compreendida a partir do “uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades” (BRASIL, 2012, Art. 2º). Essa percepção destaca, assim, o papel fundamental, na aplicação e difusão dos Direitos Humanos, da formação escolar, intensificando-se, a partir daí, a defesa dos Direitos Humanos e da cidadania como bandeiras indivisíveis e interdependentes da formação dos estudantes na Educação Básica: formar, pois, seres humanos conscientes de seus direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sejam eles individuais ou coletivos, implica, necessariamente, formar estudantes cientes desses direitos.

Exemplificam a importância atribuída a essa percepção, no cenário internacional, o Plano Mundial de Ação para a Educação em Direitos Humanos (1993), o Programa Mundial para a Educação em Direitos Humanos (2005/2014), a Declaração das Nações Unidas sobre a Educação e Formação em Direitos Humanos (2011), entre outros tratados; e, no cenário nacional, a Emenda Constitucional n.º 45/2004 (a qual prevê que os tratados internacionais sobre Direitos Humanos têm força constitucional),

o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006), as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (2012), além da própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei n.º 9.394/1996, a qual estabeleceu como obrigatórios nos currículos escolares da Educação Básica à Educação Superior, conteúdos relativos aos Direitos Humanos. Cumpre citar, adicionalmente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), que incluiu temas transversais relacionados aos Direitos Humanos nos currículos de todas as áreas do saber – um passo significativo no que se refere à promoção da dignidade humana a todas e todos, sem exceção, uma vez que a escola atua como um agente de mudança, permitindo que os discentes aprendam sobre a temática e mais do que isso, saibam visualizá-la no seu meio social, de modo a lutar por esses direitos até então garantidos no aporte teórico-jurídico.

No entanto, nas escolas, será que o problema da aplicabilidade foi resolvido? Isto é, será que, de fato, a temática se consolidou, saindo do aporte legislativo e sendo aplicada em sala de aula, ou fica estante nos documentos educacionais, assim como ocorre em relação às legislações gerais sobre Direitos Humanos? Eliane Diógenes (2014) afirma que em um país marcado pelos efeitos de séculos de colonização, misoginia e dominação econômica, social, política e cultural, as consequências dos pensamentos, dos costumes e das relações de poder impostas sobre toda a sociedade impactam diretamente no trabalho com Direitos Humanos na escola. Primeiro, porque a desigualdade, em todos os seus aspectos, e a privação de direitos (apesar de atribuídos constitucionalmente) vivenciada por minorias, além de ameaçar a dignidade humana, desacreditam a defesa dos Direitos Humanos. Segundo, porque a defesa dos direitos a determinados grupos (como a população LGBTQIA+, a população negra e a população do sexo feminino, por exemplo) é demarcada por preconceitos, violências e omissões, explícitos ou não, intencionais ou não, naturalizados e reproduzidos ao longo do processo histórico-social de violência e exclusão de grupos politicamente minoritários. Assim, professores de diferentes etapas da Educação Básica tendem a evitar o trabalho com temáticas relacionadas a esses grupos, seja por desconhecimento da legislação, ratificada pela inacessibilidade dos direitos humanos na vivência social e comunitária, seja por receio/temeridade de abordar temáticas que possam implicar polemização social pelo questionamento de

preconceitos historicamente engendrados no imaginário coletivo, seja ainda por crenças pessoais, formação acadêmica, desconhecimento de aplicações práticas, ou por considerar que tais temáticas são desvinculadas dos conteúdos curriculares de algumas áreas do conhecimento (DIÓGENES, 2014). O problema é agravado pela falta de incentivo à formação continuada pelas redes de ensino ou mesmo de materiais de referência que sirvam de exemplos ao trabalho com Educação em Direitos Humanos.

É nessa esteira que o objetivo principal dessa pesquisa se inscreve: considerando a falta de aplicação dos Direitos Humanos de forma transversal nos processos de ensino-aprendizagem, assim como a falta de materiais e metodologias pedagógicas que explicitem o trabalho com Direitos Humanos de forma articulada aos diferentes componentes curriculares, o presente trabalho, que possui como escola-campo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense **Campus** Itaperuna (IFF Itaperuna), no estado do Rio de Janeiro, visou à criação de um repositório digital aberto com materiais didáticos que abordem os Direitos Humanos de forma transversal a diferentes áreas do conhecimento, a saber: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

A adoção de uma escola-campo para a criação do repositório digital, ainda que ele possa abranger um público-alvo além daquele atendido pela instituição, se justificou na crença e na defesa de que quaisquer materiais didático-pedagógicos, principalmente na área de Direitos Humanos, precisam estar vinculados a uma realidade educacional específica, com sujeitos e atores específicos, cumprindo, dessa forma, o dever de ressaltar que os materiais publicados no repositório não apenas têm um local de fala, como carecem de adaptações ao professorado e alunado em conformidade com as identidades docentes e discentes. Acredita-se em uma contribuição positiva e mais efetiva do repositório digital aberto neste contexto, uma vez que para além de desenvolver de forma prática as determinações legais contidas nas legislações educacionais, também trará um suporte para a implementação dos Direitos Humanos como prática pedagógica para a escola-campo, contribuindo para a formação pedagógica dos docentes e para a construção de materiais didáticos de forma articulada aos princípios, valores e missão fundamentais da escola-campo.

Por essas razões, anteriormente à pesquisa de materiais didáticos de referência, foram aplicados aos docentes atuantes na formação básica do IFF Itaperuna questionários acerca (i) do conhecimento das principais legislações educacionais que orientam o trabalho com Direitos Humanos em sala de aula, bem como sobre o trabalho com assuntos específicos concernentes aos Direitos Humanos durante as aulas; e (ii) do processo de estudo, preparação e elaboração de aulas. Foi a partir, então, da percepção dos docentes, que foram definidos os tipos de materiais que comporiam o repositório.

Cumprindo ainda ressaltar que entende-se aqui como temáticas relacionadas aos Direitos Humanos, consoante às Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (2012), especificamente os seguintes assuntos: Relações Étnico-raciais e/ou História/Cultura afro-brasileira e indígena; Gênero e Diversidade Sexual; Populações em situação de vulnerabilidade social e/ou econômica; Diversidade religiosa; Prevenção de todas as formas de violência e, especialmente, prevenção à violência contra a criança, o adolescente e à mulher; Educação socioambiental e sustentabilidade; Pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas; Xenofobia e Imigração. A descrição do trabalho de criação do repositório, portanto, tem o potencial de contribuir na formação de um repertório fecundo de materiais e atividades didático-pedagógicas focadas em assuntos de suma importância na contemporaneidade.

Visando uma melhor visualização e entendimento desta descrição, o trabalho que ora se apresenta foi estruturado em dois momentos: em um primeiro momento, são apresentados (i) os objetivos; (ii) a revisão bibliográfica envolvida; e (iii) os métodos utilizados na execução da pesquisa relatada neste trabalho; em um segundo momento, são relatados os resultados propriamente ditos, incluindo-se (iv) o resultado dos questionários aplicados aos docentes da escola-campo, (v) a descrição da pesquisa, organização e elaboração do repositório e (vi) as formas adotadas para divulgação do mesmo. Decerto, a formação do repositório não resolverá o problema generalizado da falta de aplicabilidade dos Direitos Humanos nas aulas, uma vez que esta tarefa depende, em boa medida, da intervenção e da ação de cada docente. Porém, o repositório garante acesso a materiais de formação em Direitos Humanos e, sobretudo,

a possibilidades concretas de intervir pedagogicamente nos processos de ensino e aprendizagem de diferentes componentes curriculares.

2. Objetivos

2.1. Objetivo Geral

Elaborar, no âmbito de atuação do IFF **Campus** Itaperuna, um repositório digital aberto de materiais didáticos de referência para o trabalho com Direitos Humanos em componentes curriculares das áreas de conhecimento de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

2.2. Objetivos Específicos

- Observar e analisar a percepção de docentes do IFF **Campus** Itaperuna acerca do conhecimento das legislações sobre Direitos Humanos e o trabalho com a temática nas aulas dos diferentes componentes curriculares;
- Pesquisar e/ou elaborar materiais didáticos de referência sobre os seguintes assuntos: Relações Étnico-raciais e/ou História/Cultura afro-brasileira e indígena; Gênero e Diversidade Sexual; Populações em situação de vulnerabilidade social e/ou econômica; Diversidade religiosa; Prevenção de todas as formas de violência e, especialmente, prevenção à violência contra a criança, o adolescente e à mulher; Educação socioambiental e sustentabilidade; Pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas; Xenofobia e Imigração;
- Organizar e categorizar os materiais didáticos selecionados e/ou produzidos por área do conhecimento e componente curricular;
- Criar um **site** que funcione como repositório digital aberto contendo os materiais didáticos organizados e categorizados.

3. Revisão de Literatura

Consoante aos objetivos apontados acima, este trabalho investiu em dois conjuntos de estudos indispensáveis a uma pesquisa desta natureza: (i) estudos sobre formação em Direitos Humanos para a elaboração de recursos e materiais didáticos; (ii) criação/desenvolvimento de um **site**/repositório digital aberto.

Em relação ao primeiro conjunto, cumpre destacar autores como Chousa (2022), Mota (2020), Oliveira, Oliveira e Abreu (2021), Reznik e Massarani (2022), Rodrigues, Barbosa e Ribeiro (2022), Zhulan e Raitz (2014), além de documentos que orientam as práticas escolares em Direitos Humanos.

A iniciativa de implementar a Educação em Direitos Humanos como parte do currículo e da formação escolar surgiu no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2006), que consistia no estabelecimento da obrigatoriedade da discussão da temática de modo a viabilizar o conhecimento dos educandos, desde a infância, sobre os direitos essenciais à dignidade humana (direito à segurança, ao trabalho, à educação, ao bem-estar e lazer, à saúde, a serviços sociais, à moradia, vestuário e alimentação, à justiça, à vida), instituindo uma sociedade pautada na equidade e no respeito à pluralidade de culturas e saberes.

Porém, é somente seis anos mais tarde, em 2012, através da promulgação da Resolução nº 01/2012 do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, que são estabelecidas diretrizes específicas sobre o trabalho com Educação em Direitos Humanos nos currículos escolares. De acordo com a resolução, a Educação em Direitos Humanos deve pautar-se nos seguintes princípios: (i) dignidade da pessoa humana em sua integralidade; (ii) igualdade de direitos; (iii) reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; (iv) laicidade do estado; (v) democracia; (vi) transversalidade, vivência e globalidade; e (vii) sustentabilidade socioambiental. Esses princípios, para além de serem considerados no plano documental (na construção dos Projetos Político-Pedagógicos; dos Regimentos Escolares; dos Planos de Desenvolvimento Institucionais; dos Projetos Pedagógicos de Curso), devem, segundo o documento, ir além de um viés teórico, tomando vida no cotidiano escolar como parte dos materiais didáticos e pedagógicos, bem como dos diferentes processos

de avaliação, seja a partir da eleição de temas transversais tratados de forma interdisciplinar e/ou a partir de conteúdos curriculares de disciplina(s) específica(s) com essa finalidade.

A resolução previu ainda que os sistemas de ensino e as instituições de pesquisa devem fomentar e divulgar estudos e experiências bem sucedidas realizados na área de Educação em Direitos Humanos, bem como criar políticas de produção de materiais didáticos e paradidáticos, tendo como princípios orientadores os Direitos Humanos e, por extensão, a Educação em Direitos Humanos. O problema, contudo, é que a resolução, apesar de estabelecer, para o alcance de tais objetivos, a obrigatoriedade de “formação inicial e continuada de todos(as) os(as) profissionais das diferentes áreas do conhecimento” (BRASIL, 2012, Art. 9º), bem como de responsabilizar os Conselhos de Educação na definição de estratégias de acompanhamento das ações de Educação em Direitos Humanos, não conseguiu garantir a efetiva fiscalização dos sistemas de ensino e, tampouco, a alocação de recursos suficientes para a construção de programas de capacitação e formação continuada que refletissem no trabalho com Direitos Humanos na sala de aula.

Rodrigues, Barbosa e Ribeiro (2022) citam, complementarmente, alguns outros eventos como de grande relevância para a garantia dos Direitos Humanos no país: a Constituição Federal de 1988; a Lei n.º 7.716/1989, que tornou o racismo um crime inafiançável; em 2004, a instituição das Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana; em 2008, a promulgação da Lei n.º 11.645, que tornou obrigatório nos currículos escolares, especialmente em componentes como História, Literatura e Artes, o trabalho com a história e a cultura afrobrasileira e indígena; em 2015, a criação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, promovida pelos países signatários da ONU e firmada como compromisso entre os países membros, a qual defende a implementação da Educação em Direitos Humanos, listando vários objetivos para viabilizá-la na prática, através de iniciativas para erradicação da pobreza, erradicação da fome, promoção da saúde e bem-estar a todos, sem distinção, educação de qualidade, equidade de gênero, condições de saneamento básico e moradia digna, acesso ao emprego, redução das desigualdades, paz e justiça social; em 2021, a promulgação da

Lei n.º 14.164, que incluiu na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, ao lado de conteúdos relativos aos Direitos Humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente, a prevenção à violência contra a mulher como tema transversal nos currículos escolares; entre outros.

Esses eventos atestam que a luta contra o preconceito e a desigualdade ganhou expressões significativas, inclusive no âmbito escolar/acadêmico. Mas a pergunta que Rodrigues, Barbosa e Ribeiro (2022) deixam é: o muito que se tem discutido sobre a problemática se tem de fato praticado? Eles concluem que o preconceito que mantém e reforça a desigualdade continua enraizado no meio social, de modo que nos ambientes escolares há pouca mobilização no que diz respeito à integração de toda a contribuição histórica de grupos minoritários no conhecimento como um todo. Mas reconhecem que a escola, como um espaço de construção do conhecimento, tem o potencial de ser um ambiente no qual seja possível a desmistificação de muitos pensamentos pautados somente no *euro/falo/heterocentrismo*, permitindo uma reflexão crítica em torno de todas as situações que impactam diretamente a nossa sociedade em larga escala. Tendo a escola essa capacidade de mudança, eles destacam como imprescindível que todo o corpo docente esteja inteirado da necessidade e, além disso, da importância da inserção dos temas transversais, como as relações étnico-raciais e de gênero, em sua área do saber. Porém, reconhecem na falta de especialização dos docentes voltada para essas temáticas e na forma como elas são abordadas um dos principais fatores presentes que justificam a inaplicabilidade dos Direitos Humanos em sala de aula (RODRIGUES; BARBOSA; RIBEIRO, 2022).

Zhulan e Raitz (2014) parecem concordar com Rodrigues, Barbosa e Ribeiro, destacando que o processo de ensino-aprendizagem que engloba os temas transversais dos Direitos Humanos gera um debate e uma mudança de mentalidade no momento da construção de quaisquer conhecimentos e promove uma sociedade mais igualitária e mais consciente, pois permite a minimização da desigualdade e do preconceito ainda muito presente, uma vez que a geração futura que ali aprende e compreende essas questões não mais será um agente reprodutor dos preconceitos que assolam a sociedade. Como dissertam Zhulan e Raitz (2014, p. 32):

[...] o cotidiano escolar na atualidade deve ser apresentado numa perspectiva crítica, para que crianças e adolescentes possam manter a esperança da solidariedade, da generosidade e da justiça social, com base em práticas diárias do meio escolar, pois se entende que não basta ensinar os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, é necessário vivenciá-los.

No entanto, apesar de considerar a escola como um lugar privilegiado para essa vivência, as autoras consideram a falta de preparação e de materiais de referência para o trabalho com Direitos Humanos a principal dificuldade, fazendo-se necessário o desenvolvimento de pesquisas em torno de práticas pedagógicas que considerem os Direitos Humanos e todas as diversidades presentes no contexto educacional brasileiro caso se queira uma mudança no cenário atual.

Oliveira, Oliveira e Abreu (2021) acrescentam a essa dificuldade, questões relacionadas ao currículo escolar. Os pesquisadores chamam atenção às relações de poder que perpassam o currículo: utilizado como suporte para o docente, o currículo é construído a partir de uma consciência coletiva daquilo que se espera do processo de ensino-aprendizagem, não havendo uma imparcialidade precisa, já que há a predominância em temáticas e questões que determinados grupos sociais querem que sejam frisadas, culminando dessa forma na exclusão de muitos outros conhecimentos que nem sequer são mencionados nesses aportes (OLIVEIRA; OLIVEIRA; ABREU, 2021). Embora atualmente haja a obrigatoriedade dos Direitos Humanos como parte essencial do currículo, ainda não rompemos com as estruturas patriarcais, misóginas, eurocênicas, *falo* e *heterocênicas* que predominam na sociedade e na própria organização e construção do conhecimento. Isso faz com que não haja garantias de que a comunidade escolar, primeiro, incluirá assuntos referentes aos Direitos Humanos no currículo, e segundo, que os docentes os adotarão como parte integrante de suas ementas.

Além disso, Mota (2020) destaca que os assuntos relacionados aos Direitos Humanos são muito amplos e diversos, incluindo desde questões relacionadas à sustentabilidade socioambiental a questões relacionadas à identidade de gênero. Nesse sentido, é válido mencionar que, apesar do progresso, falta um avanço promissor para a implantação da Educação em Direitos Humanos nos espaços

escolares de forma geral, visto que, aliada à falta de recursos básicos para a sua implementação, a falta de força na representatividade política e toda discriminação e preconceito no meio social contemporâneo contra grupos sociais minoritários torna o trabalho com Direitos Humanos um caminho ainda distante de sua plenitude.

Um exemplo da omissão dos trabalhos relacionados aos assuntos englobados pela Educação em Direitos Humanos é observado na escassez das discussões acerca da equidade de gênero. Reznik e Massarani (2022) realizaram um mapeamento de projetos que debatem a equidade de gênero na educação em STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática), apontando que, apesar de uma considerável porcentagem em relação à presença de mulheres em pesquisas, ainda há desigualdades tanto no que se refere ao ingresso e permanência destas no âmbito científico em determinadas áreas do conhecimento, quanto no que se refere à presença de temáticas relacionadas à equidade de gênero como objetos de pesquisa nas áreas do conhecimento.

De acordo com as autoras, há uma correlação direta entre o crescimento da presença de mulheres nas pesquisas acadêmicas e o crescimento de temáticas relacionadas ao debate de equidade de gênero nas pesquisas. Apesar disso, as pesquisadoras destacam a permanência de uma clara divisão que estigmatiza aquilo que é denominado e tachado como um espaço feminino e um espaço masculino, tendo uma porcentagem mais significativa de mulheres em áreas que fazem alusão à esfera dos espaços privados, de subjetividades e afeto, ligadas ao cuidado e aos estereótipos da maternidade, em contraponto a uma predominância de homens em áreas que fazem alusão à esfera dos espaços públicos, de maior racionalidade. É nesse sentido que elas evidenciam a escassez de mulheres em áreas das Ciências exatas e Engenharias, refletida na baixa presença de assuntos ligados à equidade de gênero em STEM em comparação a áreas como Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Ciências da Saúde e Linguagens, por exemplo.

A solução apontada por Reznik e Massarani (2022) passa necessariamente pela destinação de recursos que incentivem e suportem a formação de meninas e mulheres: elas citam como argumentos dessa tese, iniciativas como “Elas nas Exatas”, em 2015, “Meninas nas Ciências Exatas, Engenharias e Computação”, em 2018, entre

outras iniciativas voltadas a chamadas públicas e editais de submissão de projetos que visem estimular a formação de meninas da Educação Básica para as carreiras de Ciências Exatas, Engenharias e Computação. Desenvolvidas com o auxílio de instituições de fomento como o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), essas iniciativas permitiram a visibilidade, a defesa e a difusão do espaço da mulher, com projetos de cunho científico que abordam a equidade de gênero, bem como a divulgação científica, estimulando outras tantas meninas no seu processo formativo.

Chousa (2022) acrescenta ainda um último aspecto a ser considerado no trabalho com Direitos Humanos na escola: com base em autores como Bacich e Moran (2018) e Moran (2013), e a partir da vinculação da inclusão das diversidades a metodologias ativas de aprendizagem, a autora defende que as atividades baseadas em métodos quase exclusivamente expositivos são pouco atrativas, sobretudo para as gerações atuais de estudantes. O cenário atual é, afinal, de uma sociedade conectada e em rede, alunos com celulares conectados à internet e com acesso a conteúdo informativo e científico à palma da mão, de maneira rápida e extensiva. No ponto de partida, então, para elaboração de quaisquer materiais didáticos, precisa-se estar atento a metodologias de aprendizagem centradas na participação ativa do aluno, de modo que este seja corresponsabilizado não só na absorção de um dado conteúdo, mas também e principalmente na produção de conteúdo, promovendo a autonomia e o protagonismo do aluno. As atividades a serem produzidas, nesse sentido, precisam estar atentas ao incentivo do protagonismo e da autonomia, características essenciais ao processo de ensino e aprendizagem. Na esteira de Chousa (2022), a necessidade do trabalho com Direitos Humanos nessa linha de pensamento é ainda mais fundamental, visto que somente metodologias centradas na participação do aluno reconhecem, teórica e também metodologicamente, as diferenças próprias de cada estudante e as diversidades que constituem uma classe. É somente através do desenvolvimento do protagonismo, que deve ser também metodológico, que se pode vislumbrar na escola um agente de transformação social, mediante a formação de estudantes que intervêm na sociedade e lutam pelo bem-estar social, a fim de promover a equidade de condições de acesso do ser humano a bens materiais e imateriais.

No que concerne ao segundo conjunto de estudos, acerca da criação/desenvolvimento de um **site**/repositório digital aberto, cumpre destacar autores como Bordini (2006), Pereira (2011) e Fernandes (2010).

Bordini (2006, p. 9) defende a “necessidade de que os recursos digitais sejam empregados em ampla escala em questões documentais, antes que os dados essenciais desapareçam”. A pesquisadora apresenta dois argumentos principais para tal constatação: o primeiro é que os repositórios físicos estão sujeitos a perdas e danos às vezes irre recuperáveis, tais como ação do tempo (como degradação e deterioração), ação biológica (como contaminação por fungos ou insetos), ação intempestiva (como incêndios, furtos ou depredação deliberada), entre outros; o segundo é que o repositório digital, além de garantir a manutenção do estado de conservação documental isolado das ações supracitadas, garante o acesso amplo e irrestrito a um número significativamente maior de pessoas, evidenciando, como o meio digital pode, pela disposição em rede, transformar as relações antes estritamente individuais entre o leitor e o texto, em processos interativos e sociabilizados.

Desse modo, a reprodução digital de documentos, as bases de dados, as bibliotecas virtuais e sistemas semelhantes, com a facilidade de armazenamento e a velocidade de acesso à informação que trazem, descortinam um novo e produtivo horizonte para a área educacional, o que é sobremaneira importante para uma área que tanto carece de difusão, visto que uma das maiores dificuldades em relação aos materiais didáticos na área de Direitos Humanos é a dificuldade de acesso dada a escassez de pesquisas que focalizem a produção de materiais didáticos que trabalhem os Direitos Humanos de forma articulada aos componentes curriculares.

Complementando Bordini (2006), Fernandes (2010) e Pereira (2011) destacam a importância de avaliar, nos repositórios digitais, a usabilidade e interface do repositório digital em relação ao público-alvo, oferecendo importantes contribuições para a seleção da linguagem verbal e não-verbal do **site**, bem como para a organização dos tipos de informações estruturantes dos materiais didáticos. Partindo das premissas definidas por Nielsen (1995) para a interface entre humano e computador no acesso a **websites**, são elencados os seguintes critérios de atenção:

- Correlação entre o sistema e o mundo real: o sistema deve falar a linguagem do usuário, com palavras, frases e conceitos familiares, ao invés de utilizar termos técnicos.
- Consistência e padrões na escolha dos ícones: os usuários não devem ter que adivinhar que palavras, situações ou ações diferentes significam a mesma coisa.
- Reconhecimento ao invés de memorização: objetos, ações e opções devem ser visíveis. O usuário não deve ser obrigado a lembrar de informações ao passar de um diálogo a outro.
- Projeto estético minimalista: os diálogos não devem conter informação irrelevante ou raramente necessária.
- Informações de ajuda e documentação: a documentação do sistema deve sempre estar disponível ao usuário, mesmo que o sistema seja fácil de usar.
- O equilíbrio de paleta de cores, fontes e texturas, é fundamental para a manutenção da atenção do usuário, sobretudo quando se tratam de aplicativos com foco educacional, os quais requerem dedicação e tempo de abstração (NIELSEN, 1995, p. 1 *apud* FERNANDES, 2010, p. 106-107).

As premissas acima evidenciam a contribuição dos princípios de usabilidade para melhoria das interfaces de bibliotecas e acervos digitais, apontando critérios para maior atratividade dos usuários, bem como garantindo melhor comunicação com o público-alvo do **website** e possibilitando aos mesmos uma recuperação mais eficiente das informações.

É nessa medida que os dois conjuntos de estudos adotados neste trabalho se cruzam: a partir da reflexão e problematização da temática dos Direitos Humanos, forma-se o repertório necessário para a criação de materiais didáticos e evidencia-se a escassez de formação continuada em Direitos Humanos, bem como de materiais de referência próprios a cada componente curricular; já a partir do estudo do desenvolvimento e avaliação de acervos digitais, há a instrumentalização necessária à criação e organização de um repositório digital aberto com potencial de atingir um número muito maior de docentes através da disponibilização em rede do repositório. Dessa forma, essa disponibilização é importantíssima não apenas para que o repositório não se torne inócuo e improdutivo em relação ao público-alvo que pretende atingir, mas para a própria difusão da formação em Educação em Direitos Humanos, a qual, conforme explicitado no primeiro conjunto de estudos, é condição **sine qua non** para o conhecimento, garantia e gozo pleno dos direitos e liberdades sem distinção de “raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição”, tal qual preconiza desde

1948 a Declaração Universal para os Direitos Humanos.

4. Procedimentos Metodológicos¹

Embasando-se nos estudos percorridos acima, com a finalidade de alcançar os objetivos propostos neste trabalho de forma eficaz, a metodologia desta pesquisa se dividiu em seis etapas, essenciais para a criação do repositório digital, sendo estas:

1ª ETAPA: Levantamento bibliográfico e leitura de documentos e textos teóricos sobre as temáticas: “Educação em Direitos Humanos” e “Criação/desenvolvimento de repositórios e acervos digitais”.

Esta etapa foi caracterizada, inicialmente, pela busca do conhecimento das principais legislações garantidoras da Educação em Direitos Humanos, bem como de referências basilares para reflexão acerca do trabalho com Direitos Humanos em sala de aula. Foram realizadas leituras da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); do Plano Mundial de Ação para a Educação em Direitos Humanos (1993); do Programa Mundial para a Educação em Direitos Humanos (2004); da Declaração das Nações Unidas sobre a Educação e Formação em Direitos Humanos (2011); do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006); da Emenda Constitucional n.º 45/2004; da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, a Lei Maria da Penha; das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004); das Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Indígena (2012), das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (2012); além da própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica e da Base Nacional Comum Curricular (2018). Essas leituras foram realizadas de forma concomitante a pesquisadores como Chousa (2022), Mota (2020), Oliveira, Oliveira e Abreu (2021), Reznik e Massarani (2022), Rodrigues, Barbosa e Ribeiro (2022), Zhulan e Raitz (2014). O objetivo foi identificar o que as legislações determinam

¹ Cumpre ressaltar que o presente Trabalho de Conclusão de Curso foi desenvolvido em continuidade ao projeto de iniciação científica dos autores vinculado ao CNPQ intitulado “Educação em Direitos Humanos: para ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês”, o qual teve como resultado a seleção e/ou elaboração de um total de cinquenta planos de aula. Estes foram aproveitados também para a disponibilização dos materiais didáticos que aqui se propõe.

no que concerne à abordagem dos Direitos Humanos e quais são os principais problemas apontados em relação à aplicabilidade da lei. Na sequência, foram realizadas leituras dos trabalhos de Bordini (2006), Pereira (2011) e Fernandes (2010). O foco foi instrumentalizar-se no desenvolvimento de **website**/repositório digital e na mesma medida observar os requisitos de usabilidade na construção do **website**, visando garantir maior qualidade e a satisfação de uso na seleção da linguagem verbal e não-verbal, no **design** e na organização dos materiais dispostos no repositório.

2ª ETAPA: Coleta de dados

A coleta de dados consistiu na coleta de informações acerca da percepção de docentes da escola-campo, o IFF **Campus** Itaperuna, através da aplicação de dois questionários (ver seção de Anexos), respondidos em uma entrevista face a face dos pesquisadores aos docentes, cujas respostas foram registradas no *Google Formulários*.

O primeiro, composto somente por questões objetivas, focalizou o conhecimento ou não das legislações sobre Educação em Direitos Humanos e as crenças sobre o trabalho com Direitos Humanos em sala de aula. O objetivo foi identificar se e como os Direitos Humanos eram trabalhados no interior de cada ementa e cada disciplina. Estariam restritos a projetos transversais extraclasse? Ou seriam incorporados nas ementas e metodologias didáticas? Se sim, estariam limitados aos componentes curriculares de Linguagens e Ciências Humanas, como identificado por Reznik e Massarini (2022), ou seriam tomados como parâmetros político-pedagógicos nos planos de aulas de todas as áreas do saber?

Já o segundo questionário, composto somente por questões discursivas, teve por objetivo conhecer os tipos de materiais de referência utilizados comumente na preparação para as aulas e os critérios importantes na seleção e/ou elaboração de atividades e exercícios realizados em classe. Os resultados obtidos orientaram a pesquisa e seleção dos materiais didáticos, bem como a própria organização dos dados coletados.

3ª ETAPA: Pesquisa e seleção de materiais didáticos

Após a leitura e consolidação dos dados obtidos na etapa anterior, procedeu-se à pesquisa e seleção de: textos teóricos e artigos sobre Educação em Direitos Humanos, planos de aula, exercícios e jogos educativos. As pesquisas ocorreram em **sites** especializados de pesquisa (como Google e Yahoo), bem como em revistas especializadas em Educação voltadas a docentes (como Nova Escola, Química Nova na Escola) e repositórios digitais educacionais (tais como Porvir, Redigir, Educamídia, Fundação Telefônica Vivo, entre outras). Os assuntos em foco nas pesquisas foram: Relações Étnico-raciais e/ou História/Cultura afro-brasileira e indígena; Gênero e Diversidade Sexual; Populações em situação de vulnerabilidade social e/ou econômica; Diversidade religiosa; Prevenção de todas as formas de violência e, especialmente, prevenção à violência contra a criança, o adolescente e à mulher; Educação socioambiental e sustentabilidade; Pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas; Xenofobia e Imigração.

4ª ETAPA: Organização e disponibilização dos materiais selecionados e criação do repositório digital aberto

A quarta etapa foi dedicada à organização do repositório digital aberto, em observância aos dados obtidos nos questionários, e na observação de outros repositórios digitais na área de Educação e Ensino. Cumpre destacar, como referência fundamental, o Projeto Redigir, repositório digital de materiais e atividades didáticas da UFMG na área de Letramentos². Adotando-se as premissas já citadas por Nielsen (1995) em relação aos critérios de atenção na criação de um **website**, ratificadas por Fernandes (2010) e Pereira (2011), adotou-se, para a construção do repositório, a plataforma de desenvolvimento de **sites** Wix. A plataforma foi escolhida em razão da facilidade de uso, permitindo a qualquer pessoa, mesmo sem conhecimento de programação e desenvolvimento **web**, criar um **site** e disponibilizá-lo em rede. Na criação, foram observados aspectos como: usabilidade e interface do repositório em relação ao público-alvo (composto de docentes e estudantes de licenciaturas), **design**, tipos de informações estruturantes do **site** e forma de organização dos materiais

² Disponível em: <http://www.redigirufmg.org/>. Acesso em 27/08/2022.

didáticos. O nome escolhido para o repositório foi DiversIFFica, de modo a valorizar as contribuições e a identidade da escola-campo, tendo como endereço eletrônico: <https://www.diversiffica.com/>.

5ª ETAPA: Divulgação do repositório

A divulgação do repositório se deu preponderantemente por meio virtual, através da criação de uma página na rede social Instagram: @diversiffica, e do envio de e-mail institucional aos docentes da escola-campo. A seleção da rede social como forma de divulgação prioritária do repositório se justificou por dois motivos. Um primeiro, ligado aos números: no Instagram, foram mais de dois bilhões de usuários ativos no Brasil em 2022; e essa é a nova e (quase principal) forma de empresas, marcas, produtos e personalidades se comunicarem com seu público. E aí entra o segundo motivo: não deveria ser diferente com a Ciência e a produção de conhecimento. Fazer-se presente nas redes sociais traz mais interatividade com o público, dá um poder de resposta e retorno maior para os geradores de conteúdo e, claro, para a disseminação de conteúdo, que assertivamente, pode gerar melhores resultados. Aproximar a Ciência desse meio, fazer Ciência nesse meio, é extremamente necessário, uma vez que as redes sociais manifestam o potencial de fazer com que a pesquisa saia das portas das universidades e institutos federais, e entre de fato no cotidiano e na vida das pessoas.

6ª ETAPA: Avaliação global da pesquisa, produção e revisão do Trabalho de Conclusão de Curso

É preciso ressaltar que, embora esta seja uma das etapas finais, a redação do Trabalho de Conclusão de Curso se iniciou desde a elaboração do projeto da pesquisa, registrando-se cada uma das etapas desenvolvidas gradualmente, ficando para o momento final a avaliação global e a revisão final.

5. Resultados e Discussão

Conforme afirmado na seção introdutória deste trabalho, a adoção de uma escola-campo para a criação do repositório digital DiversIFFica se justificou na crença e na defesa de que quaisquer materiais didático-pedagógicos, principalmente na área de Direitos Humanos, precisa ter correlação com as respostas aos problemas, às experiências e aos desafios das comunidades escolares considerando seus valores, missões e suas identidades. A criação do repositório compreendida nesse sentido exigiu a escuta dos principais atores do processo para que os materiais reunidos no repositório pudessem ser representativos dos anseios e princípios da comunidade e, ao mesmo tempo, apropriados para uso em sala de aula.

A eleição do IFF **Campus** Itaperuna como ponto de partida, nesse contexto, se deveu a dois motivos basilares. Em primeiro lugar, cumpre citar a possibilidade de intervir na própria realidade educacional onde o Curso de Licenciatura em Química está inserido, podendo contribuir, dessa forma, para o fortalecimento e consolidação do curso, em especial da linha de pesquisa “Fundamentos e Práticas para Educação em Direitos Humanos”, bem como para os processos de ensino e aprendizagem no estabelecimento do **campus** como um centro de referência na região onde está inserido. Em segundo lugar, cumpre mencionar que os princípios defendidos pelo instituto são convergentes com os defendidos neste trabalho, a saber: valorização das pessoas, respeito à diversidade humana e cultural, integração, inclusão social, defesa da educação pública e de qualidade a todas e todos sem distinção, e equidade de direitos (IFFLUMINENSE, 2018). No IFF Itaperuna, a defesa e difusão dos Direitos Humanos se estabelece como missão desde os Planos de Desenvolvimento Institucional aos Projetos Pedagógicos de Cursos, visto que no **campus** todos os projetos de cursos, da Educação Básica à Educação Superior, explicitam vários dos assuntos englobados pela Educação em Direitos Humanos (da educação socioambiental à diversidade de gênero).

Como o **campus** oferta cursos de diferentes modalidades (técnicos de nível médio, graduação e pós-graduação), no presente trabalho focalizou-se o estudo da abordagem dos Direitos Humanos na Educação Básica, especialmente nos cursos

técnicos integrados ao Ensino Médio na instituição. A escuta dos atores envolvidos, assim, abarcou a aplicação dos questionários descritos nos *Procedimentos Metodológicos* a todos os docentes atuantes nas áreas de formação básica dos cursos técnicos integrados do **campus**, um total de trinta e oito docentes responsáveis pelos componentes curriculares de Artes, Educação Física, Língua Portuguesa e Literatura, Língua Inglesa, Língua Espanhola, Matemática, Filosofia, Geografia, História, Sociologia, Biologia, Física e Química.

Os dois questionários aplicados foram respondidos pelos docentes em uma entrevista face a face realizada pelos pesquisadores autores deste trabalho, e as respostas obtidas foram registradas em formulário próprio no *Google Formulários*.

5.1. Percepção docente sobre o trabalho com Direitos Humanos na escola-campo

O primeiro questionário, composto somente por questões objetivas, conforme mencionado, focalizou o conhecimento ou não das legislações sobre Educação em Direitos Humanos e as crenças sobre o trabalho com Direitos Humanos em sala de aula. Compreendeu um total de onze perguntas, as quais foram divididas em quatro eixos de interesse: (i) o conhecimento teórico das leis, resoluções e pareceres que regem a Educação em Direitos Humanos; (ii) a aplicação prática desses documentos, através da seleção dos assuntos norteadores da temática-chave no processo de ensino-aprendizagem de cada docente em seu componente curricular; (iii) o trabalho com Direitos Humanos desenvolvido na escola-campo; e (iv) a perspectiva docente sobre a necessidade de capacitação e a importância dessa inserção para a minimização dos preconceitos e difusão dos Direitos Humanos.

Tal questionário foi composto pelas seguintes perguntas:

- (1) “Assinale a disciplina que você ministra ou a área que atua”;
- (2) “Sobre as legislações da Educação Básica pertinentes a questões relacionadas ao tema Direitos Humanos, marque abaixo aquelas que você conhece ou ouviu falar”;

(3) “Marque abaixo as temáticas transversais relacionadas aos Direitos Humanos que você já trabalhou/trabalha nas disciplinas que você ministra atualmente no **Campus** Itaperuna”;

(4) “Marque abaixo as temáticas transversais relacionadas aos Direitos Humanos que estão registradas na ementa de sua disciplina prevista no Projeto Pedagógico de Curso”;

(5) “Marque abaixo as temáticas transversais relacionadas aos Direitos Humanos que estão presentes no(s) livro(s) didático(s) disponível(s) na instituição”;

(6) “Marque abaixo as temáticas transversais relacionadas aos Direitos Humanos que estão presentes no(s) Projetos Pedagógicos de Curso dos cursos em que atua”;

(7) “Marque abaixo a(s) forma(s) pelas quais as temáticas acima são trabalhadas em sua escola”;

(8) “Você já realizou cursos de capacitação e/ou formação continuada sobre o trabalho com uma das temáticas relacionadas aos Direitos Humanos?”;

(9) “Em sua opinião, falta preparo específico (cursos de capacitação e/ou formação continuada) na formação dos professores para a inserção de tais temas em sua ementa e o trabalho com elas em sala de aula?”;

(10) “Para você, o conhecimento técnico-científico trabalhado em sua disciplina pode relacionar-se a essas temáticas?”;

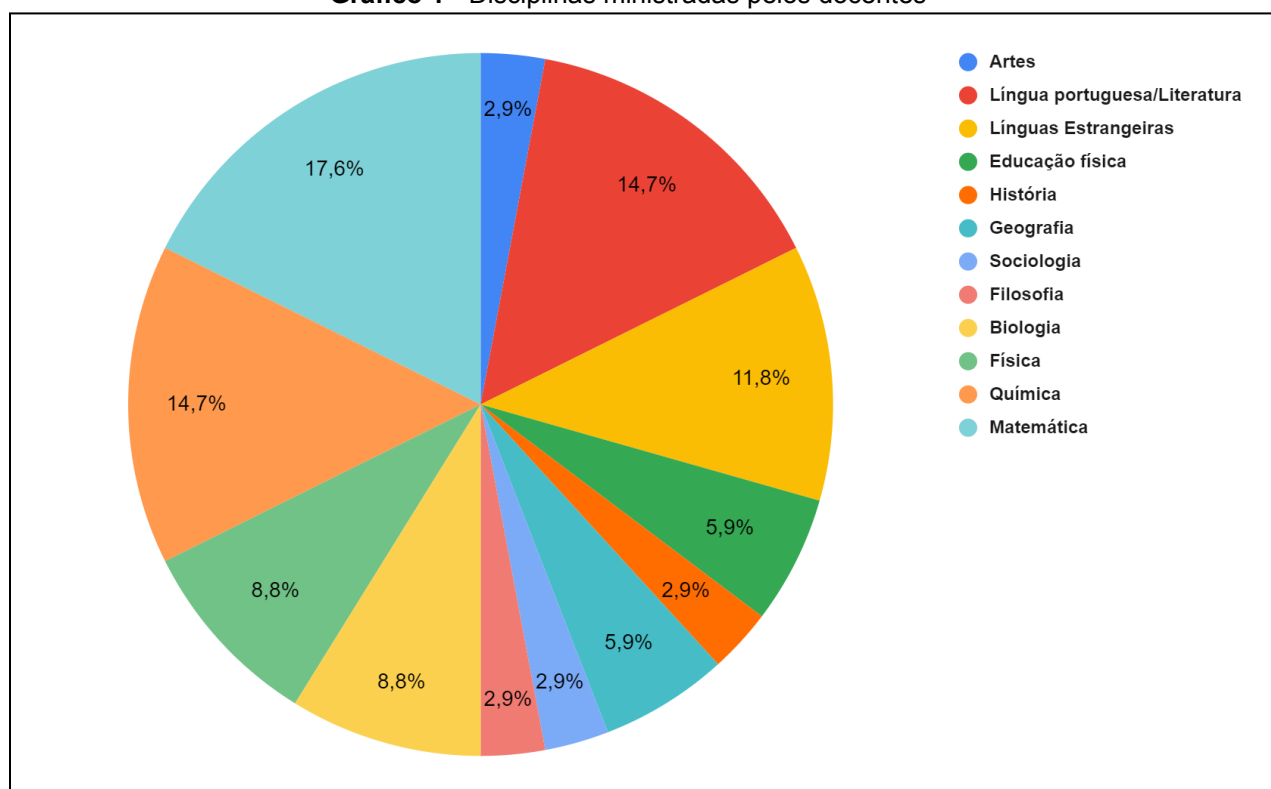
E, por fim, (11) “Você acha que o trabalho com essas temáticas no interior das disciplinas pode contribuir para minimização do preconceito e da intolerância, bem como para promoção dos direitos humanos visando a uma sociedade mais igualitária?”.

À exceção das questões 1, 8, 9, 10 e 11, as demais questões permitiram a marcação de alternativas múltiplas. As respostas a cada uma delas foram descritas e discutidas respectivamente nos gráficos apresentados abaixo.

Eixo I: Conhecimento dos documentos e legislações sobre Educação em Direitos Humanos

As duas primeiras questões do formulário disseram respeito a esse eixo. A primeira questão que se coloca diz da identificação dos docentes. Essa informação foi importante tanto para localizar se determinados problemas eram característicos de determinadas áreas do conhecimento, quanto para verificar a representatividade do conjunto de docentes em relação à escola-campo.

Gráfico 1 - Disciplinas ministradas pelos docentes



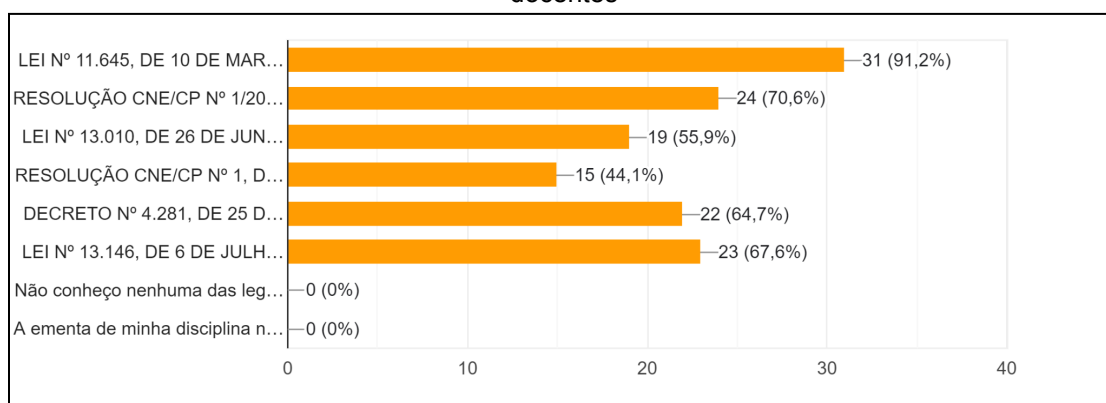
FONTE: Autoria própria.

Pode-se aferir, de acordo com o *Gráfico 1*, que houve um quantitativo expressivo de docentes que responderam ao questionário, obtendo-se ao todo trinta e quatro respostas do total de trinta e oito docentes atuantes nos componentes curriculares da formação básica. Ao especificar o número de docentes que responderam por cada componente curricular, tem-se cinco docentes de Língua Portuguesa/Literatura; cinco docentes de Línguas Estrangeiras (Inglês e Espanhol);

seis docentes de Matemática; três docentes de Biologia; três docentes de Física; cinco docentes de Química; dois docentes de Geografia; dois docentes de Educação Física; e um docente de cada um dos seguintes componentes curriculares: Artes; História, Sociologia e Filosofia. Com isso, constata-se que os dados obtidos são representativos da escola-campo, uma vez que contemplam todas as disciplinas enfocadas nesta pesquisa.

Veja-se agora o Gráfico 2:

Gráfico 2 - Legislações da Educação Básica relacionadas aos Direitos Humanos conhecidas pelos docentes



FONTE: Autoria própria.

O Gráfico 2 advém de uma indagação sobre o conhecimento acerca das legislações da Educação Básica relacionadas aos Direitos Humanos e traz o quantitativo de docentes que afirmaram ter conhecimento ou, minimamente, ter ouvido menção dos documentos citados. São citados os seguintes: a Lei nº 11.645/2008, a qual determina a inclusão no currículo oficial da Educação Básica a temática transversal “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”; a Resolução CNE/CP nº 1/2004, que traz a abordagem de conteúdos de Educação das Relações Étnico-Raciais; a Lei nº 13.010/2014, que inclui no currículo oficial da Educação Básica os temas transversais Direitos Humanos e prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente; a Resolução CNE/CP nº 1/2012, trazendo as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos; o Decreto nº 4.281/2002, o qual apresenta a abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de Educação Ambiental como transversais à Educação Básica; a Lei nº 13.146/2015, que estabelece o Estatuto

da Pessoa com Deficiência, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência; e, por fim, as alternativas “Não conheço nenhuma das legislações citadas” e “A ementa de minha disciplina não permite o trabalho com essas transversalidades”.

Cumprindo observar que a maior parcela de docentes (91,2%) que alegaram ter conhecimento ou já ter ouvido falar de um ou mais desses documentos concentrou-se na Lei nº 11.645/2008, que torna obrigatória a inclusão, no currículo oficial da Educação Básica, da temática transversal de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Em contraponto, o menor percentual de conhecimento concentra-se justamente na Resolução CNE/CP nº 1/2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos, cujo número cai para pouco menos da metade. Com isso, para além da constatação de que não há um conhecimento vasto sobre a Educação em Direitos Humanos, pode-se inferir, a partir da comparação entre os dois documentos, caminhos para a difusão desta última: em primeiro lugar, porque diferente da resolução, a Lei nº 11.645, para além de afirmar sua obrigatoriedade, explicita conteúdos curriculares específicos que devem constar nas disciplinas de Artes, Literatura e História (sendo portanto mais palpável e concreta para docentes, ainda que estes estejam distantes de processos de formação continuada); segundo, porque há cobrança e fiscalização efetiva da presença desses conteúdos, senão por parte dos Conselhos de Educação, de movimentos sociais afrobrasileiros e indígenas. Esses indícios convergem com o referencial teórico adotado, apontando para a necessidade de concretude, fiscalização e acompanhamento para a difusão e aplicação na *práxis* de sala de aula.

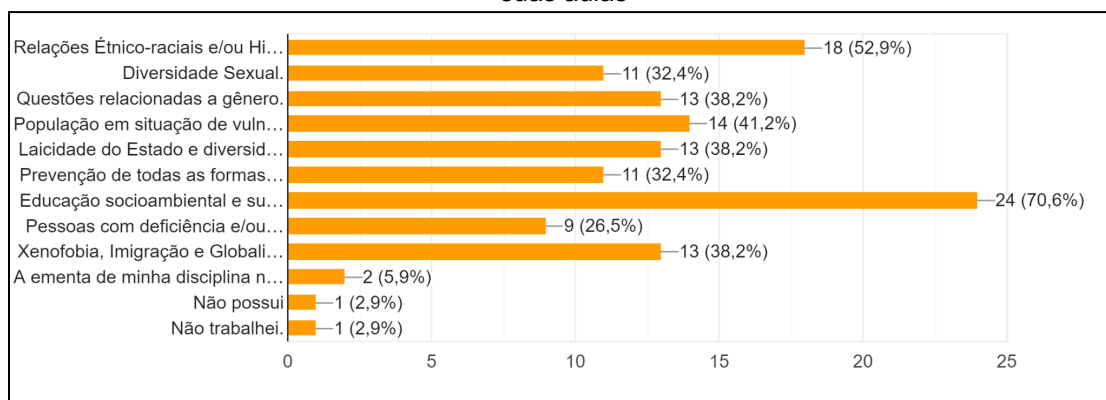
É devido a essa necessidade de concretude observada, que na pesquisa, seleção e organização dos materiais didáticos coletados optou-se por especificar, na abordagem dos Direitos Humanos, os já citados assuntos: Relações Étnico-raciais e/ou História/Cultura afro-brasileira e indígena; Gênero e Diversidade Sexual; Populações em situação de vulnerabilidade social e/ou econômica; Diversidade religiosa; Prevenção de todas as formas de violência e, especialmente, prevenção à violência contra a criança, o adolescente e à mulher; Educação socioambiental e sustentabilidade; Pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas; Xenofobia e Imigração. Diferentemente da amplitude abarcada pelo termo

Direitos Humanos, tais assuntos focalizam vivências e problemáticas concretas e bem definidas.

Eixo II: A aplicação prática da legislação através do trabalho com conteúdos transversais em sala de aula

O conjunto dos gráficos 3, 4 e 5 apresentam percepções sobre a aplicação prática da legislação através do trabalho efetivo com conteúdos transversais aos Direitos Humanos em sala de aula.

Gráfico 3 - Temáticas transversais relacionadas aos Direitos Humanos trabalhadas pelos docentes em suas aulas



FONTE: Autoria própria.

Ao contrastar o Gráfico 2 e o Gráfico 3, disposto acima, nota-se uma diminuição considerável dos números de docentes que afirmaram trabalhar assuntos dos Direitos Humanos em suas aulas em comparação com aqueles que afirmaram ter conhecimento de determinada legislação. A temática transversal Relações Étnico-raciais e/ou História da Cultura Afro-brasileira e Indígena é um exemplo claro desta discrepância entre o conhecimento teórico e a realização prática, visto que apesar de trinta e um docentes afirmarem conhecer, apenas dezoito trabalham ou já trabalharam esta temática em sala de aula. É possível afirmar também que a maioria entre os dezoito docentes que alegaram trabalhar esta temática são das áreas de Linguagens e Suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, sendo apenas três docentes das demais áreas: Matemática e Suas Tecnologias e Ciências da Natureza e Suas Tecnologias.

No que se refere às demais temáticas transversais, tais como Diversidade Sexual, Questões Relacionadas a Gênero, Laicidade do Estado e Diversidade Religiosa e Violência contra crianças e adolescentes, este efeito também surge, sendo que, dessa vez, somente os docentes das áreas das Ciências Humanas e Linguagens abordaram essas temáticas em sala de aula, não possuindo nenhum docente das demais áreas que trabalharam tais temáticas.

Bonfim e Guimarães (2020), a respeito dessa escassez, convergindo com o que defende Mota (2020), bem como com os resultados já apontados por Reznik e Massarini (2022), afirmam que o compromisso das disciplinas da área de Ciências da Natureza com as questões sociais, culturais e políticas é pouco consistente. Os autores apontam que estas questões são vistas por professores da área como responsabilidade exclusiva de docentes que lecionam em áreas com cunho mais humano e social, enquanto a eles cabe a competência de trabalhar conceitos técnicos e específicos dos conteúdos curriculares. Piccinini e Andrade (2018) também destacam a visível dificuldade que a área das Ciências da Natureza encontra de promover uma contextualização em torno de conteúdos pautados em questões históricas, sociais e culturais, limitando-se ao viés conteudista, sem permitir o enquadramento de outros pensamentos que visam à reflexão crítica.

De maneira semelhante, Vieira e Moreira (2021) expressam como o ensino de Matemática muitas vezes não se relaciona com as temáticas acerca dos Direitos Humanos, sendo abordado de forma conteudista e abstrata, sem a preocupação com a formação humana e cidadã. Dessa forma, torna-se claro que os resultados obtidos dialogam com o aporte teórico visitado, no que diz respeito a carências de tais discussões nas áreas de Ciências da Natureza e Matemática.

Sobre a Laicidade do Estado e Diversidade Religiosa, Martins-Filho (2018) evidencia a importância da integração desta temática, principalmente no Brasil, país conhecido pelo seu multiculturalismo e sua diversidade religiosa extensa, sendo necessário contemplar todas as religiões, sem nenhuma discriminação, e não somente deixar que a questão religiosa seja tratada como componente curricular de Ensino Religioso na Educação Básica.

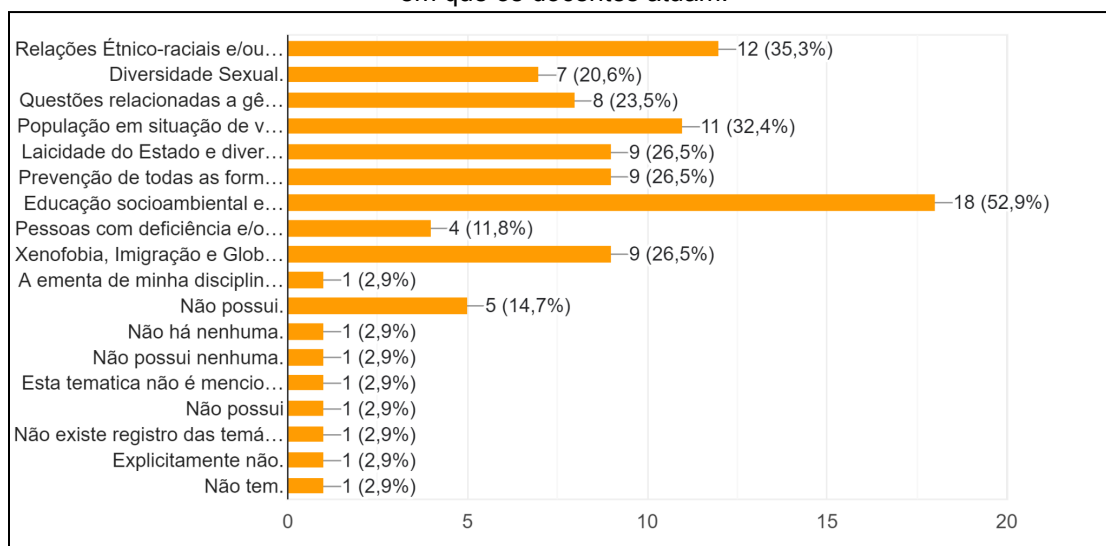
Observa-se que o número mais significativo presente neste Gráfico 3 é no que se refere à Educação Socioambiental e Sustentabilidade, pois abordam as questões ambientais que de alguma forma já estão incluídas no repertório das disciplinas das Ciências da Natureza, culminando no trabalho das mesmas.

Outro fator importante que merece ser frisado é que apenas nove docentes dos trinta e quatro respondentes afirmaram ter realizado algum trabalho voltado às pessoas com deficiência, não correspondendo nem a um terço do todo.

É válido ressaltar ainda que dois docentes consideraram que as ementas de suas disciplinas não são capazes de contemplar estas temáticas, afirmando não trabalharem devido a essa impossibilidade, sendo uma observação nova, perante ao que foi apresentado no Gráfico 2, quando nenhum docente alegou que a ementa de seu componente curricular não poderia se inteirar dessas transversalidades.

Veja-se agora o Gráfico 4:

Gráfico 4 - Temas transversais relacionados aos Direitos Humanos registrados nas ementas dos cursos em que os docentes atuam.



FONTE: Autoria própria.

A questão do Gráfico 4 visou entender se os temas citados eram registrados de forma sistemática nas ementas das disciplinas ou se eram trabalhados de forma ocasional, a partir de momentos e discussões pontuais. Baseando-se no Gráfico 4, tem-se uma situação semelhante ao gráfico anterior: 52,9% dos docentes afirmaram ter

a temática transversal Educação socioambiental e Sustentabilidade registrada na ementa de sua disciplina.

No que se refere à integração do tema transversal Relações Étnico-raciais e/ou História da Cultura Afro-brasileira e Indígena, o número não apresenta uma significância abrangente como aquela revelada no conhecimento dessa legislação, uma vez que apresenta uma porcentagem equivalente a 35,3%, podendo-se constatar que embora haja o conhecimento de tal legislação, a maioria dos docentes das áreas de Ciências da Natureza e Matemática não trabalham de forma sistemática com esta temática transversal, não tendo o registro em suas ementas.

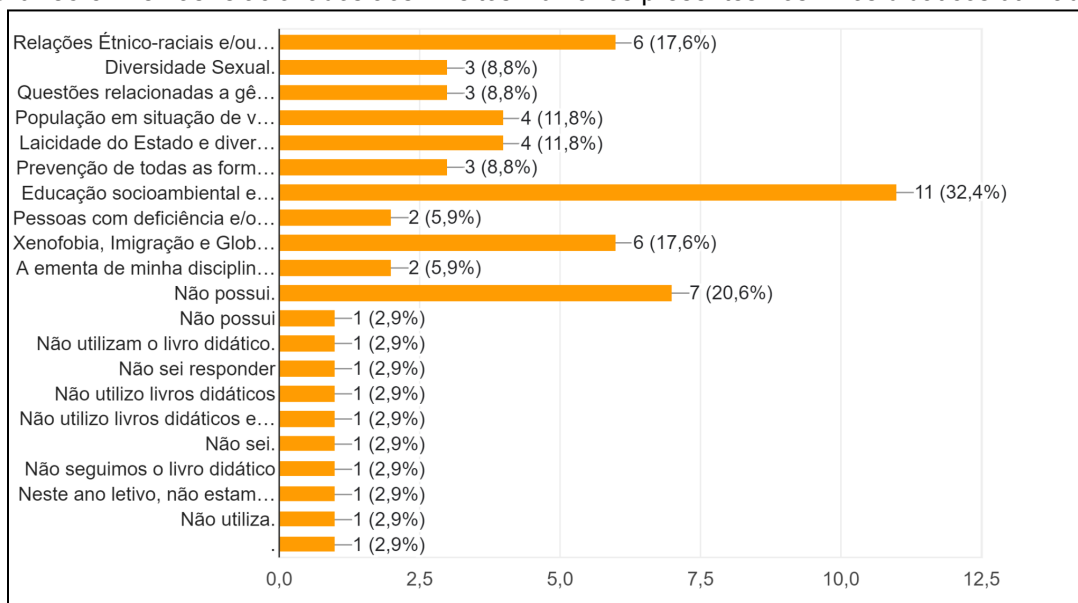
Outro dado interessante é que treze docentes (38,2%) deram respostas contrárias à presença dessas transversalidades nas ementas de suas disciplinas: um docente alegou que a ementa de sua disciplina não condiz com essas transversalidades, cinco docentes afirmaram não possuir essas questões nas ementas e outros sete docentes deram respostas similares, que culminam nesse mesmo sentido de não ter presente nas ementas essas temáticas transversais.

É possível constatar, com base nesses resultados, que as ementas, de forma geral, mencionam as transversalidades relativas aos Direitos Humanos, respeitando o que está disposto na legislação e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da instituição em questão (IFFLUMINENSE, 2018), mas o fazem de forma prioritária apenas em componentes curriculares de áreas como Linguagens e Ciências Humanas. A única presença recorrente apresentada pela maioria dos docentes em quase todas as disciplinas, sendo a mais abordada pelos docentes, é a Educação Ambiental.

Pode-se constatar, assim, que há uma predileção conceitual e conteudista nos processos de ensino-aprendizagem em áreas como Matemática e Ciências da Natureza, evidenciando um espaço escolar que valoriza a técnica e parece afastar-se da ideia de promover uma educação transformadora que permita a reflexão crítica frente às questões culturais e sociais e a intervenção em prol do combate à desigualdade social, à discriminação racial, à homofobia, entre outras necessidades da formação humana e cidadã.

O Gráfico 5 indica o conhecimento dos docentes com relação à inserção das temáticas transversais relacionadas aos Direitos Humanos nos livros didáticos que são comumente utilizados pelos mesmos na composição de suas aulas.

Gráfico 5 - Temas relacionados aos Direitos Humanos presentes nos livros didáticos utilizados



FONTE: Autoria própria

Mais uma vez, percebe-se que a Educação socioambiental e Sustentabilidade se destaca como sendo a transversalidade que também é mais vista nos livros didáticos de acordo com os docentes. A segunda maior porcentagem é justamente sobre não possuir registrado nenhum conhecimento das temáticas transversais nos livros didáticos de suas disciplinas, sendo ela de 20,6%. É necessário enfatizar também que dezessete (50%) docentes afirmaram não ter o livro didático como um instrumento educativo, uma vez que a instituição, segundo eles, não adota o livro didático como apoio metodológico.

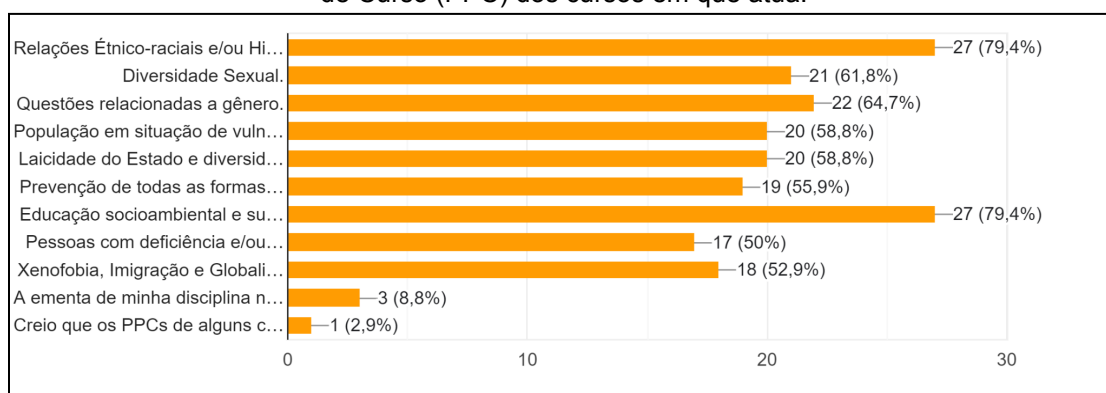
Os resultados indicados no gráfico 5, em conjunto com os gráficos 3 e 4, apontaram, na construção do repositório digital, para a necessidade de investimento em materiais didáticos e atividades voltadas a problemáticas pouco exploradas pelos docentes da escola-campo a depender do componente curricular, visto que, para garantir a continuidade do trabalho e o acesso ao repositório para aproveitamento e apropriação dos materiais didáticos selecionados, é requerida uma intencionalidade

que faça sentido no contexto da escola, considerando os problemas e as faltas vivenciadas pela escola.

Eixo III: O trabalho com Direitos Humanos desenvolvido na escola-campo

As questões 6 e 7 compõem esse eixo e tiveram por objetivo geral saber como as premissas da Educação em Direitos Humanos são trabalhados na escola.

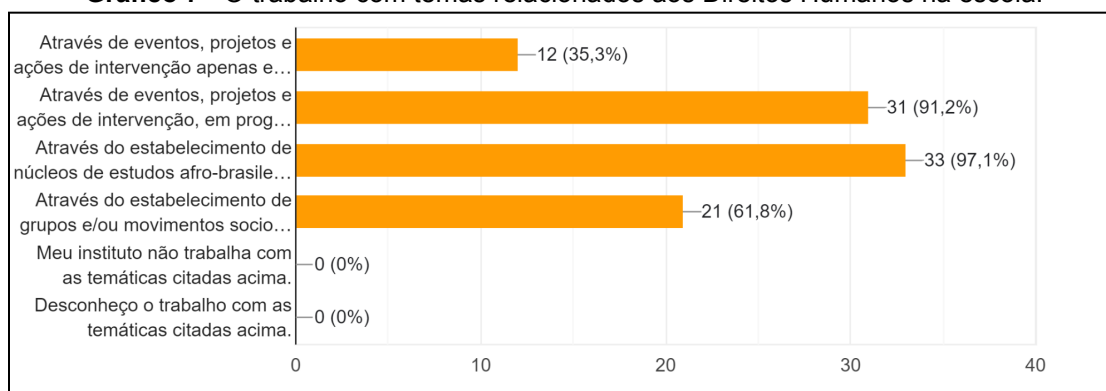
Gráfico 6 - Temas transversais relacionados aos Direitos Humanos presentes nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) dos cursos em que atua.



FONTE: Autoria própria.

O primeiro passo aqui foi verificar se os docentes tinham conhecimento da presença ou ausência das temáticas transversais aos Direitos Humanos nos Projetos Pedagógicos de Curso, uma vez que, não raro, a confecção dos projetos fica restrita à equipe pedagógica da escola com a finalidade exclusiva de cumprir as determinações legislativas. Percebe-se, pela análise do Gráfico 6, que a maioria dos docentes afirmaram ter conhecimento sobre o destaque dessas temáticas transversais relacionadas aos Direitos Humanos no documento, com uma predominância nas temáticas acerca das Relações Étnico-Raciais e/ou História da Cultura Afro-brasileira e Indígena e Educação Socioambiental e Sustentabilidade, assumindo ambas 79,4%. Esse quantitativo bastante expressivo demonstra que a instituição vigente considera a inserção desses temas transversais, de modo a obtê-los como um compromisso em seus Projetos Pedagógicos de Curso.

Complementam o Gráfico 6, os resultados do Gráfico 7:

Gráfico 7 - O trabalho com temas relacionados aos Direitos Humanos na escola.

FONTE: Autoria própria.

O Gráfico 7 corresponde a uma indagação que procura entender como se realiza o trabalho com temáticas relacionadas aos Direitos Humanos na escola: através de eventos, projetos e ações de intervenção apenas em datas comemorativas; através de eventos, projetos e ações de intervenção, em programações específicas e sistemáticas ao longo de todo o calendário acadêmico; através do estabelecimento de núcleos de estudos afro-brasileiros e indígenas, de gênero e diversidade sexual; através do estabelecimento de grupos e/ou movimentos socioculturais representativos; ou ainda: “Meu instituto não trabalha com as temáticas citadas acima”; e “Desconheço o trabalho com as temáticas citadas acima”.

Como as respostas não eram excludentes, 91,2% dos docentes alegaram que essas temáticas são atribuídas à instituição por meio de eventos, projetos e ações de intervenção em uma programação específica, isto é, paralela aos horários das aulas, sendo realizada durante todo o ano. Através desse primeiro dado bastante significativo, pois representa a opinião da maioria dos docentes com relação ao desenvolvimento dessas práticas, há a constatação da realização deste trabalho, todavia, muito mais diante de uma atividade extraclasse, algumas vezes sem envolvimento no processo de ensino-aprendizagem decorrido em sala de aula.

Dando prosseguimento, tem-se que 97,1% dos docentes mostram que uma das formas de emprego dessas transversalidades é através do estabelecimento de núcleos de estudos afro-brasileiros e indígenas, núcleos de estudos de gênero e diversidade sexual, etc. A existência desses estabelecimentos é verídica, uma vez que a instituição possui inúmeros núcleos que fazem esse trabalho de conscientização e

empoderamento, a saber: Núcleo de Estudos sobre Gênero, Diversidade e Sexualidade (NUGEDIS), Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) e Núcleo de Estudos em Educação em Direitos Humanos (NEEDH).

Além disso, 61,8% dos docentes alegaram que a instituição também realiza esse trabalho através do estabelecimento de grupos e/ou movimentos socioculturais representativos. De fato, há uma presença desses movimentos na instituição: por exemplo, o projeto Filhas da Luta, que valoriza o espaço da mulher e promove um trabalho de resistência e conscientização, juntamente com Movimento Afro-Brasileiro de Itaperuna (MOABI), que é uma organização não-governamental (ONG), a qual promove eventos, juntamente com o NEABI, na instituição.

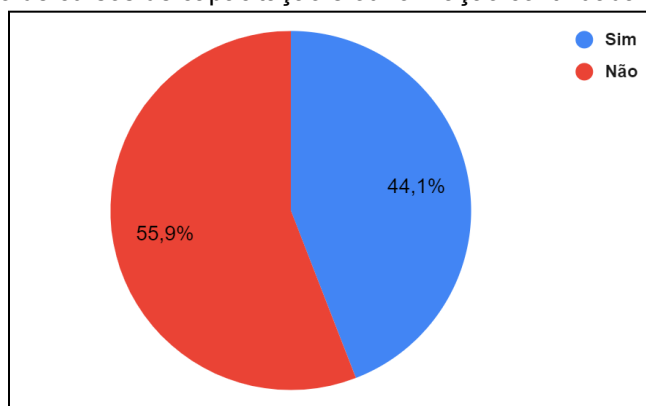
Um ponto positivo é que nenhum docente demonstrou desconhecimento das ações que a instituição realiza, uma vez que, como dissertado acima, sabe-se que a instituição em análise possui a prática com os Direitos Humanos como um compromisso fundamental. Todavia, cabe questionar: o trabalho a partir de projetos extraclasse, sem articulação com os conteúdos trabalhados nas ementas e no interior da sala de aula, tal como se observou no Gráfico 4, se alinha a uma educação pautada nos Direitos Humanos, tal como estimula o aporte pedagógico da LDB, da BNCC e dos diversos pareceres, resoluções e tratados sobre Educação em Direitos Humanos? É nesse sentido que se justifica, mais uma vez, a criação do repositório com foco na produção de materiais didáticos e paradidáticos.

Eixo IV: perspectiva docente sobre capacitação e formação continuada em Educação em Direitos Humanos

As questões 8, 9, 10 e 11 compuseram esse eixo, visando entender o lugar do repositório também como um espaço de formação.

A questão 8 trata especificamente da realização ou não de cursos de capacitação e/ou formação continuada por parte dos docentes.

Gráfico 8 - Realização de cursos de capacitação e/ou formação continuada por parte dos docentes.

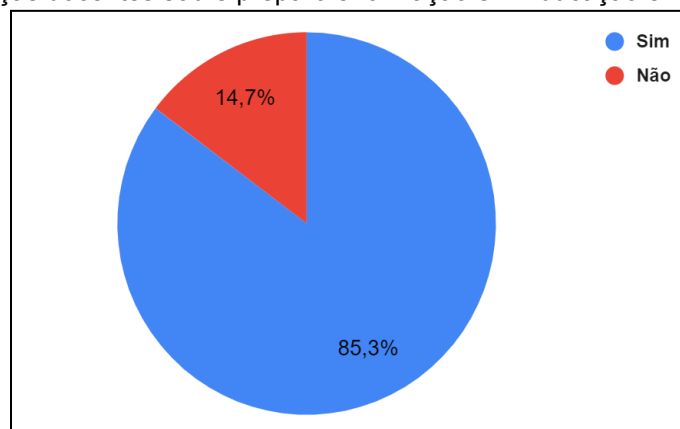


FONTE: Autoria própria.

Analisando o Gráfico 8, há a notoriedade de que 55,9% dos docentes não possuem nenhum curso de capacitação e/ou formação continuada no que se refere às transversalidades relacionadas aos Direitos Humanos, um dado relevante que permite articular, na esteira do referencial teórico apresentado anteriormente, o desconhecimento de uma parcela significativa dos docentes sobre determinadas temáticas à falta de capacitação e formação continuada. Esse número expressivo indica justamente, também vindo ao encontro dos estudos apontados aqui, os docentes das áreas de Ciências da Natureza e Matemática e Suas Tecnologias. Os 44,1% dos docentes que afirmaram possuir algum curso de capacitação são, em sua maioria, das áreas de Linguagens e Ciências Humanas.

Veja-se agora o Gráfico 9, sobre as crenças docentes em relação à preparação e formação em Educação em Direitos Humanos.

Gráfico 9 - Crenças docentes sobre preparo e formação em Educação em Direitos Humanos



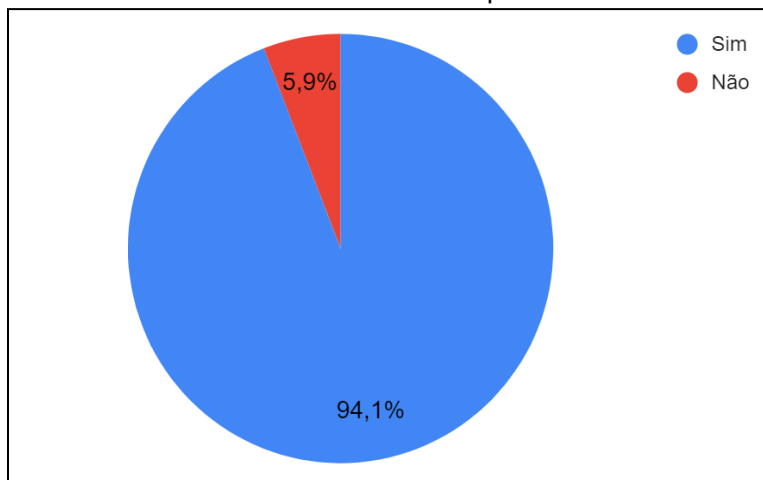
FONTE: Autoria própria.

Paralelamente ao Gráfico 8, no qual há a predominância de docentes que não realizaram nenhum tipo de capacitação frente a essas questões, apresenta-se o Gráfico 9, com a opinião dos docentes em relação ao preparo e à formação em Educação em Direitos Humanos: 85,3% consideram que falta preparo específico na formação dos professores para que seja executada a inserção dos temas transversais nas ementas e nas salas de aula. Cumpre observar, no entanto, que 55,9% desse público, de acordo com o Gráfico 8, não procurou alguma especialização na área apesar da evidência de sua necessidade. Isso pode estar relacionado também a fatores como disponibilização de carga horária para tal pela instituição ou mesmo financiamento para realização dos cursos.

É válido apontar, a esse respeito, que 14,7% dos docentes não consideraram que haja uma falta de preparo específico na formação dos professores, alegando estar no campo das vontades, isto é, não há um interesse significativo por parte dos docentes em se especializar em temáticas relacionadas aos Direitos Humanos.

Os dados obtidos no Gráfico 10, contrastados com os resultados apontados nos gráficos 3 e 4, parecem ratificar essa visão.

Gráfico 10 - Opinião dos Docentes acerca da possibilidade de relacionar o conhecimento técnico-científico ministrado em sua disciplina com tais temáticas.



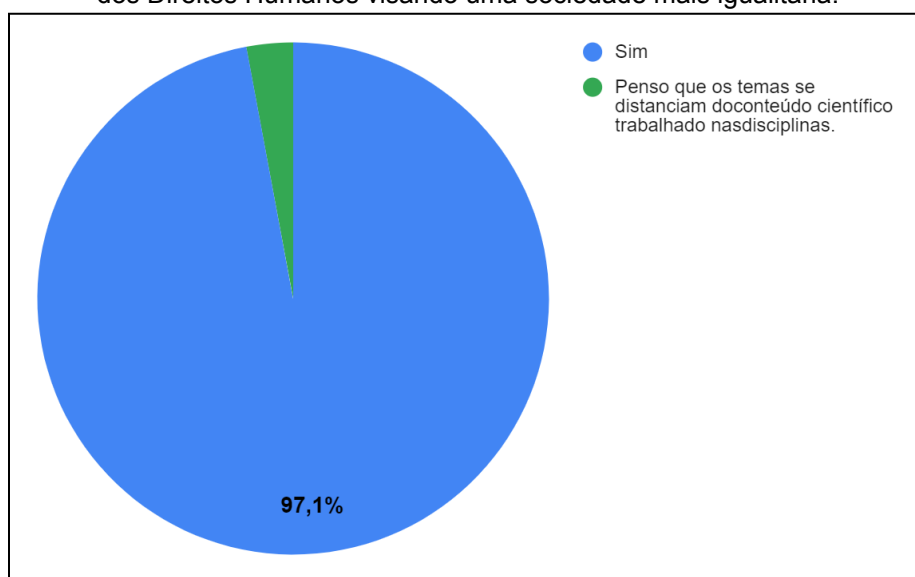
FONTE: Autoria própria.

Ao contrário do que se poderia supor pelos Gráficos 3 e 4, no Gráfico 10, 94,1% dos docentes afirmaram que as temáticas relacionadas aos Direitos Humanos podem ser integradas ao conhecimento técnico-científico de suas disciplinas, sendo

esse dado positivo, já que o intuito do presente trabalho é justamente trazer essa inserção. Apenas 5,9% dos docentes consideraram que o conhecimento técnico-científico da sua área do saber não permite integrar as transversalidades citadas. Isso demonstra abertura ao trabalho, ainda que ateste a carência de abordagens efetivas concretas dos Direitos Humanos.

Por fim, no Gráfico 11, constata-se o reconhecimento da importância do estudo dessas temáticas relacionadas aos Direitos Humanos no espaço escolar, bem como no processo de ensino-aprendizagem das disciplinas da Educação Básica:

Gráfico 11 - Opinião dos Docentes em relação ao poder da inserção dessas temáticas no interior das disciplinas de contribuir para minimização do preconceito e da intolerância, bem como para promoção dos Direitos Humanos visando uma sociedade mais igualitária.



FONTE: Autoria própria.

97,1% dos docentes afirmaram que a inserção dessas transversalidades no interior de cada disciplina possibilita e contribui para a minimização do preconceito e intolerância, bem como para a promoção dos Direitos Humanos, visando uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva. Apenas um docente, após os questionamentos, afirmou pensar que os temas se distanciam do conteúdo científico trabalhado nos componentes curriculares em que atua.

Com isso, de maneira geral, ratifica-se, diante da ausência dessas temáticas relacionadas aos Direitos Humanos nos componentes curriculares da formação básica,

principalmente, como se pôde vislumbrar, quando se refere às áreas do saber de Matemática e suas Tecnologias e Ciências da Natureza e suas Tecnologias, a importância e abertura à tarefa de incluir na sala de aula materiais didáticos e paradidáticos, tendo como princípios orientadores os Direitos Humanos.

A própria realização do questionário junto aos docentes da escola-campo cumpriu um papel importante, no sentido de gerar questionamentos em relação à prática docente, fazendo com que os mesmos pudessem refletir sobre a aplicação prática dos Direitos Humanos no interior de suas disciplinas.

Atentando-se a esses resultados, tem-se que um repositório digital aberto com variados materiais didáticos de todas as áreas do saber, inclusive daquelas onde os temas são mais escassos, poderá contribuir de forma significativa para que haja de fato a promoção dos Direitos Humanos em sala de aula. Isso porque, pelo menos no âmbito da formação, a motivação docente para o trabalho com Direitos Humanos extrapola o campo das vontades: a escolha de realizar cursos de formação continuada ou outras formas de capacitação se associa também a fatores como tempo para dedicação, disponibilidade de oferta na região, compatibilidade de horários, entre outras questões. A disponibilização de material didático de referência sobre variados assuntos em um mesmo local, nesse sentido, facilita o acesso, a pesquisa e a preparação das aulas, podendo ser, inclusive, ponto de partida para que a formação continuada ocorra através da própria prática docente em sala de aula.

5.2. A pesquisa e seleção de materiais didáticos e a criação do repositório digital

Dando continuidade ao trabalho de mapeamento das percepções docentes para a criação do repositório digital, o segundo questionário aplicado aos docentes teve por objetivo identificar as particularidades acerca do planejamento e/ou elaboração de aulas e atividades, bem como conhecer os materiais de referência utilizados pelos docentes. O questionário foi fundamental, portanto, para a definição dos tipos de materiais que comporiam o repositório digital e para o estabelecimento de critérios de

seleção desses materiais, permitindo conhecer o público-alvo para a criação de um repositório que estivesse afinado com as perspectivas desse público.

O questionário, composto apenas por questões discursivas, foi estruturado em cinco perguntas, sendo elas:

- (1) Quais são os **sites** educativos que você costuma acessar?;
- (2) O que é importante em um plano de aula para você?;
- (3) O que é importante conter em exercícios e atividades avaliativas?;
- (4) Você costuma fazer um plano de aula? O que não pode faltar no mesmo?;
- (5) Você possui algum material de referência? Se sim, qual?

Ao serem indagados sobre os **sites** educativos que acessam com mais frequência, houve uma predominância entre os docentes de alguns **sites** específicos, os quais foram mencionados mais de uma vez. Tiveram destaque: Phet simulations, Scielo, Google Acadêmico, Redigir-UFMG, Educamídia, Porvir, Nova Escola e Brasil Escola. É válido ressaltar que, para a criação do repositório digital, essa pergunta muito agregou na composição do mesmo, pois implicou tanto em modelos de referência de **websites** educativos com boa aceitabilidade entre os docentes, quanto em fontes de pesquisa de materiais didáticos na área de Direitos Humanos.

Sobre os itens considerados importantes em um Plano de Aula, tiveram ênfase a contextualização e identificação do problema; os objetivos que esperam ser alcançados com a aula; a metodologia, destacando-se o uso de exemplificações para melhor compreensão do conteúdo discutido; e formas de avaliação. A maioria dos docentes que alegaram fazer esse planejamento considerou ainda, como aspecto indispensável, os conteúdos trabalhados e as metodologias, frisando a necessidade da formação crítica, criativa e cidadã dos discentes.

Já no desenvolvimento de exercícios e atividades, os docentes elencaram como elementos centrais a clareza e a coerência com o conteúdo abordado; a contextualização; e a relação entre a teoria e a realidade vivenciada pelo discente ou pela sociedade no momento contemporâneo. Além dessas premissas, destacou-se também a valorização da interpretação e análise crítica em detrimento da memorização.

Como esses elementos foram considerados essenciais na percepção dos docentes seja para o entendimento dos pontos principais em um plano de aula, seja para elaboração e/ou seleção de exercícios e outras atividades, foram também adotados como critérios na seleção dos materiais didáticos na área de Direitos Humanos para a composição do repositório.

Como materiais utilizados como referência para a preparação das aulas, os livros didáticos foram elencados como a principal referência dos docentes, seguido das referências básicas e complementares indicadas nas ementas do componente curricular (as quais, por sua vez, incluem, além de livros didáticos, livros teóricos específicos a cada área de formação). Nesse aspecto, cumpre realizar um contraponto ao questionário anterior, na questão acerca da presença de transversalidades ligadas aos Direitos Humanos nos livros didáticos. Considerando que a frequência de ocorrência das temáticas transversais variou, à exceção da transversalidade Educação Ambiental e Sustentabilidade, entre 5,9% e 17,6%, atesta-se a necessidade de diversificar as fontes de acesso a materiais didáticos do professorado.

A partir das respostas coletadas neste segundo questionário, foram definidos os seguintes tipos de materiais didáticos na composição do repositório digital: Planos de Aula (escolhido porque percebeu-se a necessidade de indicações concretas aos docentes de como trabalhar temas relacionados aos Direitos Humanos em sala de aula), Exercícios (metodologia de avaliação e fixação da aprendizagem mais citada pelos docentes), Jogos Educativos (escolhido por permitir a contextualização da teoria a partir de uma realidade conhecida e vivenciada na experiência do alunado), Textos e Artigos (adotado para oferecer oportunidade de formação a partir da leitura, e fundamentação teórica no âmbito dos Direitos Humanos, principalmente considerando a ausência de tais temáticas nos livros didáticos utilizados como principais referências pelos docentes).

Assim, considerando as respostas dos docentes obtidas através dos questionários aplicados e baseando-se no aporte teórico visitado, procedeu-se à pesquisa de cada um dos assuntos delimitados neste trabalho dentro do escopo dos Direitos Humanos: as pesquisas ocorreram tanto em **sites** especializados de pesquisa (tais como Google, Yahoo, Google Acadêmico, Scielo), bem como em revistas e/ou

portais especializados em Educação ou Ensino (tais como Nova Escola, Brasil Escola, Química Nova na Escola, Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, etc.) e repositórios digitais educacionais (tais como Porvir, Redigir, Educamídia, Phet Simulations, Fundação Telefônica Vivo, entre outros).

Foram selecionados um total de trezentos e sessenta materiais didáticos, sendo: cento e trinta e oito planos de aulas, cento e trinta e oito textos e artigos, quarenta e cinco jogos educativos e trinta e nove exercícios, todos condizentes com as temáticas transversais relacionadas aos Direitos Humanos determinadas para a Educação Básica. Cumpre ressaltar que nessa totalidade, encontram-se, além de materiais didáticos encontrados em outros locais (inseridos com a devida referência), também materiais didáticos autorais, elaborados diante do problema da escassez de determinadas temáticas, sobretudo em componentes curriculares das Ciências da Natureza e da Matemática, por exemplo.

Após a seleção, foi realizada a categorização dos materiais por componente curricular, e, então, iniciou-se a criação do repositório digital aberto. Para tanto, utilizou-se a plataforma de desenvolvimento de **sites** *Wix.com Ltd*, a qual foi escolhida por possibilitar, mesmo a quem não possui conhecimento na área de programação e desenvolvimento **web**, a criação de variados tipos de **sites** a partir de **templates** prévios, que podem ser editados e modificados, ou a partir da criação de um **template** original. A plataforma ainda apresenta a vantagem de possuir um banco de imagens gratuito para uso, além de uma variedade de ícones, fontes e cores. E auxilia também na obtenção de um domínio para disponibilização do endereço em rede. Algumas imagens e ícones selecionados para o repositório também foram extraídos de um banco de imagens gratuitos, o Freepik³.

Após a edição do **site** e inserção dos materiais didáticos, o repositório digital, intitulado como DiversIFFica, foi disponibilizado através do domínio <https://www.diversiffica.com/>, podendo ser visualizado por todos os dispositivos eletrônicos, tais como celular, **tablet**, **notebook** e computador. O título do repositório foi escolhido de modo a aludir à escola-campo adotada como ponto de partida para o

³ Disponível em: <https://www.freepik.com/>. Acesso em: 28 jan. 2023.

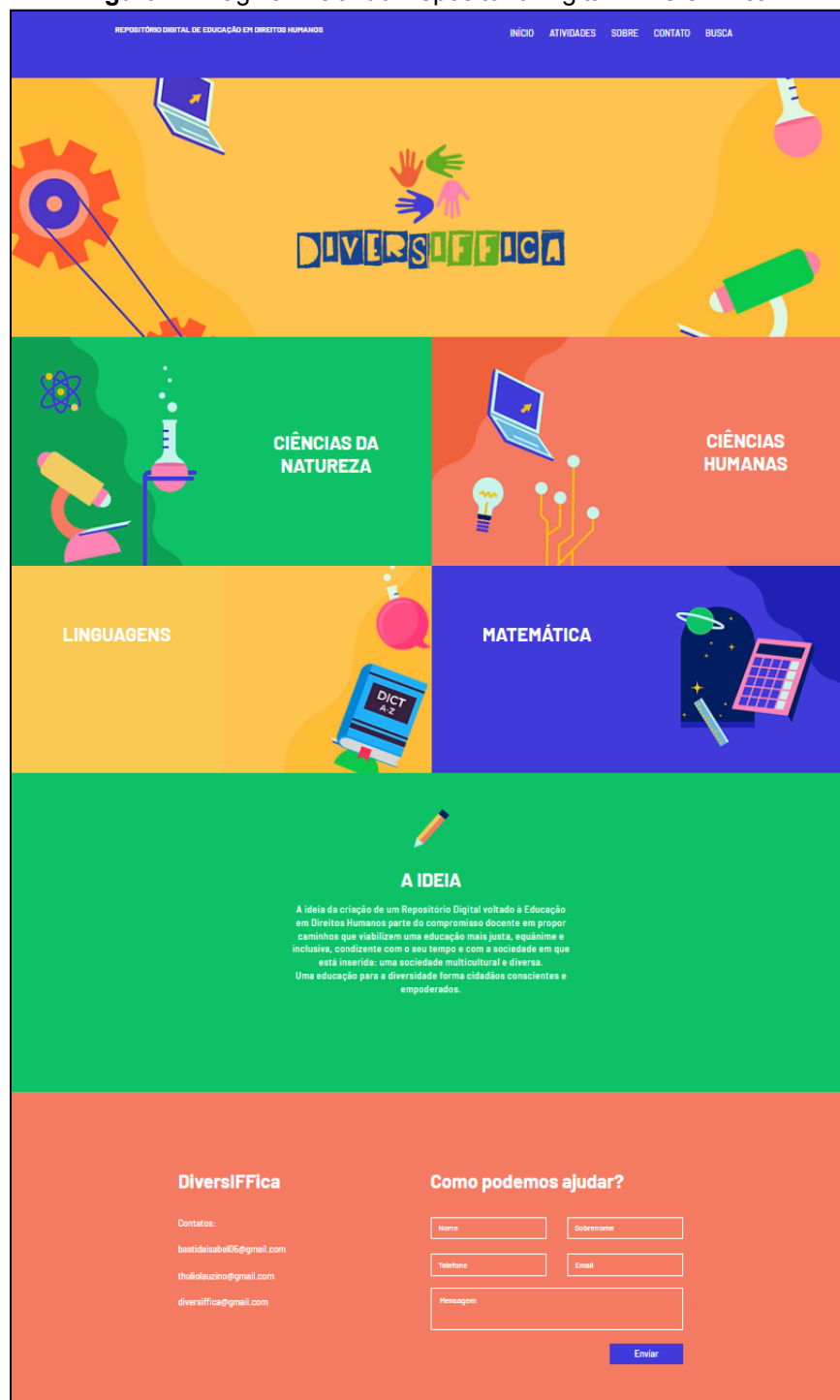
repositório, o IFF **Campus** Itaperuna, e por aludir à diversidade, palavra-chave para o trabalho com Direitos Humanos na escola.

O processo de edição seguiu as premissas instrucionais de criação de **websites** de Fernandes (2010) e Pereira (2011), os quais orientam que os **sites** educativos precisam partir de um projeto estético minimalista, que contenha, além de uma linguagem simples e curta, de modo a evitar informações irrelevantes e raramente necessárias, um número limitado de seções, restritas aos objetivos principais do **website**. Os autores reforçam que um dos maiores problemas de **sites** educativos incorre justamente no excesso de informação, atestado por textos explicativos longos, e utilização de uma linguagem complexa. Porém, a crença de que, por se tratar de conteúdos educativos, tais conteúdos necessitam ser o mais detalhados possível, incorre, conforme os pesquisadores defendem, no cansaço e abandono da página pelo usuário que a acessa.

Partindo dessa consideração, o DiversIFFica foi dividido em cinco seções principais, sendo elas: a página inicial (Início), como mostra a Figura 1, Atividades (conforme Figura 2); Sobre (conforme Figura 9); Contato (conforme Figura 10); e Busca (conforme Figura 11).

A página inicial contém o título e a logomarca criada para o **site** (com mãos de diferentes cores alinhadas representando a diversidade humana), uma estrutura geral, com as macroáreas de Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Linguagens e Matemática (de modo a garantir acesso rápido e direto pelo usuário aos materiais didáticos de cada macroárea), e a ideia que motivou a criação do repositório. Ainda nessa primeira seção, foi inserido um espaço para contato, no qual o usuário poderá, em caso de dúvida, contribuição, crítica, ou mesmo envio de materiais sugeridos para inclusão no **site**, enviar sua mensagem diretamente aos criadores. Esse campo de contato, aliás, como opção metodológica, foi mantido presente em todas as seções principais.

Figura 1 - Página inicial do Repositório Digital “DiversIFFica”

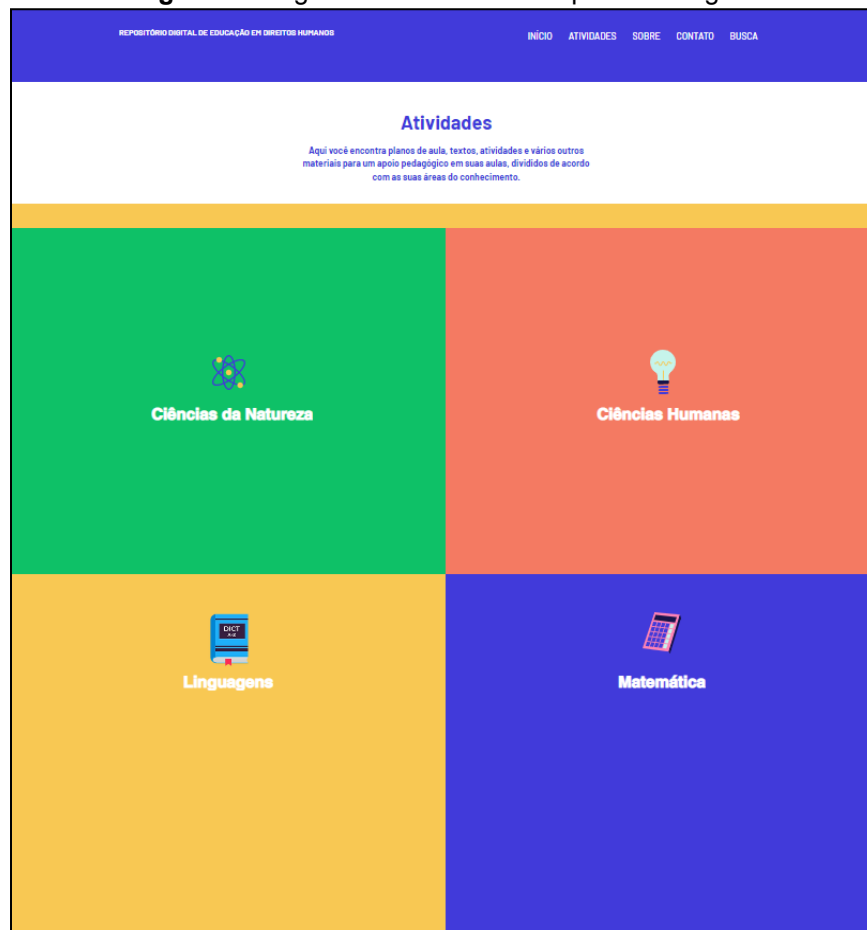


FONTE: Autoria própria.

Logo após a seção da página inicial, há a seção das Atividades, que reúnem os materiais didáticos categorizados pelas quatro macroáreas, como pode ser observado

na Figura 2. O nome Atividades foi escolhido em detrimento de Materiais didáticos por permitir um foco na ação, justamente o que se pretende com o repositório.

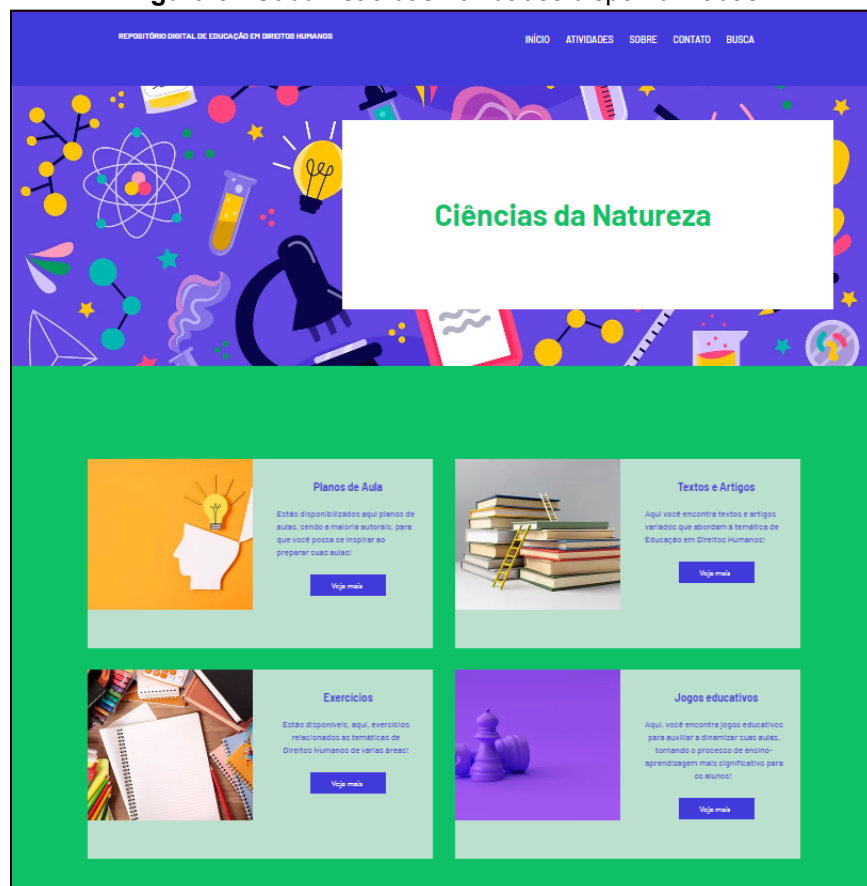
Figura 2 - Página “Atividades” do Repositório Digital



FONTE: Autoria própria.

No momento em que o usuário selecionar uma das macroáreas, há a disposição de quatro subseções, indicando os tipos de materiais didáticos disponibilizados no repositório – Planos de Aula, Textos e Artigos, Exercícios e Jogos Educativos –, para um melhor direcionamento a respeito da especificidade daquilo que se procura para a utilização em aula. A Figura 3 exemplifica essas subseções na área de Ciências da Natureza.

Figura 3 - Subdivisão das Atividades disponibilizadas



FONTE: Autoria própria.

Ao clicar em uma dessas subseções disponibilizadas, o usuário será direcionado aos componentes curriculares da Educação Básica afins àquela área do conhecimento, de modo a encontrar o material didático alinhado com o seu componente curricular, como pode ser observado na Figura 4. A Figura 4 é um demonstrativo de como estão dispostas as subseções no repositório digital: cada subseção dos tipos de materiais didáticos terá como novas subseções os componentes curriculares alinhados com a macroárea, de modo a otimizar a procura do usuário. Com isso, na área de Linguagens, por exemplo, ao escolher a subseção Exercícios, o usuário será encaminhado para as opções de selecionar entre Português, Espanhol, Inglês, Educação Física e Artes, podendo fazer a sua escolha de forma a filtrar e especificar a sua pesquisa. O mesmo ocorre em todas as macroáreas. A Figura 4 exemplifica a subseção Planos de Aula da macroárea de Ciências da Natureza,

trazendo as opções dos componentes curriculares de Biologia, Química e Física. A única exceção é a macroárea de Matemática, a qual não possui essa divisão por ser o único componente curricular da Educação Básica presente nesta área do saber.

Figura 4 - Divisão da página “Planos de Aula” das disciplinas de Ciências da Natureza



FONTE: Autoria própria.




























Ao selecionar o componente curricular, os materiais dispostos estão situados em uma lista. No caso dos planos de aula, por exemplo, contém como informações principais para orientar a seleção o tema da aula, juntamente da temática relacionada aos Direitos Humanos e a sua devida autoria. Os planos de aula de autoria própria foram disponibilizados em PDF e Word; já os que foram encontrados em outros locais durante a pesquisa de outros repositórios e **sites** educativos, tem-se a disponibilização dos **links** para que os usuários possam ser diretamente encaminhados para o local de origem dos planos, tal como se observa na Figura 5.

Figura 5 - Planos de Aula da disciplina de Química

REPOSITÓRIO DIGITAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

INÍCIO ATIVIDADES SOBRE CONTATO BUSCA

Planos de Aula

	<p>Tema da Aula - Água: estudando os conceitos e as especificidades químicas deste composto Temática relacionada aos Direitos Humanos - Educação Ambiental e Sustentabilidade Autoria Própria</p>		
	<p>Tema da Aula - Desastres ecológicos na sociedade contemporânea com relação aos compostos químicos Temática relacionada aos Direitos Humanos - Educação Ambiental e Sustentabilidade Autoria Própria</p>		
	<p>Tema da Aula - Introdução das funções orgânicas: Amina, Amida, Éster, Éter, Cetona, Aldeído e Álcool Temática relacionada aos Direitos Humanos - Pessoas com Deficiência e/ou Necessidades Educacionais Específicas Autoria Própria</p>		
	<p>Tema da Aula - História da Química: contribuição das mulheres na construção do conhecimento científico vigente Temática relacionada aos Direitos Humanos - Questões Relacionadas a Gênero Autoria Própria</p>		
	<p>Tema da Aula - Compostos orgânicos e estruturas moleculares com ênfase nos hormônios Temática relacionada aos Direitos Humanos - Diversidade Sexual Autoria Própria</p>		
	<p>Tema da Aula - Compreendendo a tabela periódica e as propriedades dos compostos: Grupo dos alcalinos terrosos Temática relacionada aos Direitos Humanos - Relações Étnico-Raciais e/ou História/Cultura Afro-Brasileira e Indígena Autoria Própria</p>		
	<p>Tema da Aula - Eletroquímica: Pilhas Temática relacionada aos Direitos Humanos - Educação Ambiental e Sustentabilidade Autoria Própria</p>		
	<p>Tema da Aula - Conceitos básicos de laboratório e vidrarias através do conteúdo envolvendo tipos de misturas. Temática relacionada aos Direitos Humanos - Relações Étnico-Raciais e/ou História/Cultura Afro-Brasileira e Indígena Autoria Própria</p>		
	<p>Tema da Aula - Aspectos macroscópicos: propriedades da matéria, substância, misturas e sistemas Temática relacionada aos Direitos Humanos - Relações Étnico-Raciais e/ou História/Cultura Afro-Brasileira e Indígena Autoria Própria</p>		

FONTE: Autoria própria.

Na subseção “Textos e Artigos”, o título de cada texto é um **link** direto para o endereço eletrônico onde o mesmo está hospedado. Além disso, está disposto para cada texto e artigo as suas referências, com dados sobre os autores, a fonte, o ano e o resumo do texto e/ou artigo em questão, tal como se pode visualizar na Figura 6.

Figura 6 - Página “Textos e Artigos” da disciplina de Química

REPOSITÓRIO DIGITAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

INÍCIO ATIVIDADES SOBRE CONTATO BUSCA

Textos e Artigos

- 

▪ **Ensino de Química e a Ciência de Matriz Africana: Uma discussão sobre as propriedades metálicas**
Autores: Anna H. Canavarro Benite, Morgana Abranches Bastos, Marysson J. R. Camargo, Regina N. Vargas, Gelisa L. M. Lima e Cláudio R. M. Benite.
Fonte: Química Nova na Escola
Ano: 2017
Resumo: Este trabalho analisa extratos de discursos gravados em áudio e vídeo e transcritos em 492 turnos de uma intervenção pedagógica (IP) no ensino de química, envolvendo discussão com alunos sobre racismo, as raízes históricas do racismo no Brasil a partir da diáspora africana e os conceitos envolvidos no estudo das propriedades dos metais, contribuindo para a implementação da lei 10.639/03 no ensino de Química. A contextualização da IP foi realizada por meio de recurso imagético sobre o racismo no Brasil. Os resultados mostraram que os alunos se apropriaram dos conceitos explorados na IP que se caracterizou como uma possibilidade de ensinar a partir da ciência de matriz africana e desconstruir a visão de ciência hegemônica: branca, europeia, masculina e de laboratório.
- 

▪ **Mulheres na Ciência para Crianças: Um Releto de Sala de Aula**
Autores: Gizelle Inácio Almerindo, Anelise Ehrhardt, Patrícia F. Scherer Costódio, Tainara Fátima de Bona e Kattlyn Thais Nalepa.
Fonte: Química Nova na Escola
Ano: 2020
Resumo: O Projeto de Extensão “Química Social”, com o objetivo de explorar o Dia Internacional das Mulheres, no contexto da Ciência, realizou a oficina temática Mulheres na Ciência, visando identificar as concepções das crianças sobre o tema. Na ocasião, o percurso metodológico de 2h foi realizado com crianças na faixa etária de 8 a 12 anos. Na metodologia de percepção da mulher na Ciência, destacou-se a descoberta feita por Marie Curie da fluorescência dos objetos. Em seguida, foram expostos diferentes objetos os quais homens e mulheres podem utilizar no dia a dia e observou-se que os que as crianças menos relacionaram às mulheres foram os jornais, os óculos de proteção e os jalecos. Também foi aplicado um questionário com perguntas relacionadas à educação e ao fato de conhecerem ou não um cientista, em que 83% das crianças responderam que as meninas não podiam ir à escola antigamente, e quase 90% das crianças responderam que não conheciam cientistas, exceto os de desenhos animados. Por fim, com o percurso metodológico, facilmente replicável, contribuiu-se na melhoria da concepção das crianças sobre uma temática tão emergente.
- 

▪ **A Educação Inclusiva na Formação de Professores e no Ensino de Química: A Deficiência Visual em Debate**
Autores: Fábio Peres Gonçalves, Anelise Maria Regiani, Samuel Rohling Auras, Thiele Scherzer Silveira, Juliana Cardoso Coelho e Ana Karina Timbóla Hobmeir.
Fonte: Química Nova na Escola
Ano: 2013
Resumo: Problematisa-se a educação inclusiva no contexto da formação docente e do ensino de ciências da natureza/química a partir do exposto na literatura, em documentos oficiais, e de uma iniciativa na formação de professores e no ensino de química. Defende-se a necessidade de estudos relacionados à educação inclusiva na formação docente como o processo de ensino e aprendizagem de química para deficientes visuais, a fim de atender à demanda de estudantes com necessidades especiais na educação básica. A partir da discussão de atividades desenvolvidas na interação entre instituição de educação superior e escola, apontam-se contribuições do estudo da educação inclusiva na formação docente e, por consequência, no ensino de química com aprendizagens que não se reduzem à dimensão conceitual.

FONTE: Autoria própria.









O mesmo se dá em relação à subseção “Exercícios”, na qual se encontra, em cada exercício, um **link** direto para o endereço eletrônico onde está hospedado. Os exercícios foram disponibilizados também em PDF e trazem como informações principais o título/tema do conteúdo relacionado e a autoria (como se pode ver na Figura 7).

Figura 7 - Página “Exercícios” do componente curricular de Química.

REPOSITÓRIO DIGITAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

INÍCIO ATIVIDADES SOBRE CONTATO BUSCA

Exercícios

	<p>Título: A cor da pele: uma sequência didática para o ensino de funções orgânicas</p> <p>Autoria: Deysiane Alves Lima dos Santos</p> <p>Disponível em: https://ud10.arapiraca.ufal.br/web/content?model=ud.biblioteca.anexo&field=arquivo&id=6231&download=true&filename=_field=name</p>	
	<p>Título: Projeto: Jovens protagonistas de uma sociedade sustentável</p> <p>Autoria: Sônia Lopes, Rosana Louro Ferreira Silva, Sergio Rosso e Atila Iamarino</p> <p>Disponível em: https://pnld.moderna.com.br/ensino-medio/ciencias-da-natureza-e-suas-tecnologias/</p>	
	<p>Título: Projeto: O diálogo entre arte e ciência</p> <p>Autoria: Sônia Lopes, Rosana Louro Ferreira Silva, Sergio Rosso e Atila Iamarino</p> <p>Disponível em: https://pnld.moderna.com.br/ensino-medio/ciencias-da-natureza-e-suas-tecnologias/</p>	
	<p>Título: Projeto: O espetáculo da ciência</p> <p>Autoria: Marília Moschkovich</p> <p>Disponível em: https://pnld.moderna.com.br/colecao/ensino-medio/projetos-integradores/ciencias-humanas-e-sociais-aplicadas/praticas-na-escola/</p>	

FONTE: Autoria própria.

Entendendo a importância dos jogos educativos para melhor assimilação da teoria às experiências e ao universo de vivência dos discentes da Educação Básica, estes também foram destacados no repositório digital, seguindo os mesmos moldes das seções anteriores, em que o título especifica o tema relacionado ao jogo, havendo ainda informações sobre autoria e fonte. Há também um **link** responsável por encaminhar para o endereço eletrônico no qual se encontra o jogo educativo, e, para os jogos não digitais, PDF gerado a partir da página em que se encontra o jogo, tal como pode ser visto na Figura 8 abaixo.

Figura 8 - Página “jogos educativos” da disciplina de Biologia.

REPOSITÓRIO DIGITAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

INÍCIO ATIVIDADES SOBRE CONTATO BUSCA

Jogos Educativos

Identificação: Expedição África
Autoria: Marcelo Henrique Santana Ulian, Renan Souza Bin, Mateus Yan Oliveira, Vinicius Miguel Gomes, Rosemary Rodrigues Oliveira
Fonte: UNIGRAMRIO
Disponível
em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/recm/article/view/7161>

Identificação: Histórias cruzadas
Autoria: Leticia de Cássia Oliveira e Rosemary Rodrigues Oliveira
Fonte: SBEnBio
Disponível em: <https://renbio.org.br/index.php/sbenbio/article/view/748/277>

Identificação: Di tato a memória
Autoria: Rômulo Wesley Nascimento Silva, Antônio Italo Germano de Almeida e Luana de Almeida Pereira Baltar.
Fonte: VI Congresso Nacional de Educação
Disponível
em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV_127_MDI_SA16_ID1517_08082019000157.pdf

Identificação: Jogando com as ervilhas: Inclusão e ludicidade no ensino de genética
Autoria: Anny Cibelly Campelo Barbosa, Cassiano Rufino da Silva, Cristiane Souza de Menezes
Fonte: CINTEDI
Disponível
em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2018/TRABALHO_EV_110_MDI_SA4_ID2523_03082018224718.pdf

Identificação: BOCA-GAME
Autoria: Eduarda Maria Coltro e Mariana Dezinho
Fonte: PERSPECTIVAS EM DIÁLOGO: Revista de Educação e Sociedade
Disponível
em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/9100/6883>

FONTE: Autoria própria.

A terceira seção principal do repositório digital é o “Sobre”, que consiste na síntese do objetivo do repositório digital, seguida da missão e visão investida com a proposta. A Figura 9 exemplifica como a seção está disposta:

Figura 9 - Página “Sobre” do Repositório Digital.

FONTE: Autoria própria.

A quarta seção principal é a seção “Contato”, que se encontra situada no menu principal do **site**. É possível visualizá-la tanto separadamente, como em todas as seções principais. Conforme orientam Fernandes (2010) e Pereira (2011), informações de ajuda e documentação devem sempre estar disponíveis ao usuário, mesmo que o sistema seja fácil de usar. Essa opção metodológica foi adotada então justamente para permitir, a todo momento, o acesso do usuário aos contatos dos criadores do repositório digital, com o intuito de facilitar um possível diálogo. A organização da seção pode ser visualizada na Figura 10 abaixo.

Figura 10 - Seção “Contato” do Repositório Digital.

FONTE: Autoria própria.

A última seção principal do repositório digital refere-se à “Busca”, elemento este essencial para otimizar a procura e filtragem de determinado assunto pelo usuário. A Busca permite que, somente dispondo de palavras-chave condizentes com as temáticas desejadas, o **site** é capaz de filtrar, encontrando com mais facilidade o assunto de interesse do usuário. A Figura 11 exemplifica a busca pela expressão “Diversidade Sexual”.

Figura 11 - Página “Resultados de Busca” do Repositório Digital

FONTE: Autoria própria.

Cumpra observar ainda que, na construção do repositório digital como um todo, outras premissas foram observadas na esteira de Nielsen (1995), também citadas por Fernandes (2010) e Pereira (2011) como essenciais: correlação entre o sistema e o mundo real; consistência e padrões na escolha dos ícones e reconhecimento ao invés de memorização; relação da paleta de cores, fontes e texturas com o público-alvo visado. Sobre a primeira premissa, cabe destacar que valorizou-se no **site** falar a linguagem do usuário, com palavras, frases e conceitos familiares ao invés de utilizar termos técnicos. Também optou-se, nesse mesmo sentido, em não sobrecarregar o usuário com informações irrelevantes, visto que o objetivo principal é que o público-alvo, predominantemente composto por docentes, possa acessar diretamente as informações, porque se entende que a tarefa de preparação de aulas é muitas vezes de difícil conciliação com a rotina de trabalho e a carga horária exaustiva de boa parte dos docentes, sobretudo na rede pública brasileira.

Na seleção dos ícones, prezou-se pela clareza com base no universo de referência do público-alvo, valorizando o reconhecimento ao invés da memorização, ainda que ao fazê-lo incorra-se na manutenção de estereótipos relacionados às áreas do conhecimento. Por exemplo: a área de Matemática foi acompanhada por um ícone de calculadora; a área de Ciências da Natureza, por um ícone de microscópio; a área de Linguagens, por um dicionário; a área de Ciências Humanas, por uma lâmpada para fazer alusão à ideia/reflexão. A adoção destes ícones foi única e exclusivamente para facilitar a identificação ao usuário, de modo que se reconhece que todas as macroáreas citadas permitem (e devem permitir e estimular) cálculos, pesquisas em laboratório, leitura e reflexão crítica.

As escolhas da paleta de cores, fontes, texturas e demais elementos de **design**, por fim, foi realizada tomando-se por referência o **design** dos principais **sites** educativos citados no segundo questionário. As diferentes cores nas seções principais foram escolhidas por articular-se à ideia de diversidade, e a combinação das mesmas buscou trazer maior atratividade aos usuários. Já nas subseções que listam os materiais didáticos selecionados, optou-se pela cor de fundo branca como predominante, ao invés de cores fortes. Isso se justificou para garantir a manutenção

da atenção do usuário para que este não se cansasse, uma vez que a análise dos materiais requer maior dedicação e tempo de abstração.

É importante ressaltar, por fim, que o repositório digital não se esgota com a conclusão do produto educacional elaborado através do **site**, visto que pode, a qualquer tempo, incluir novos materiais didáticos e modificações a partir das sugestões enviadas no campo de contato.

5.3. Divulgação do Repositório Digital

Conforme previsto nos Procedimentos Metodológicos, após a publicação do **site**⁴, realizou-se a divulgação do repositório digital primordialmente através das mídias sociais, sendo o Instagram a rede social escolhida, por se tratar de uma plataforma conhecida pelo seu amplo engajamento, tendo uma considerável popularidade, com potencial de extrapolar, assim, o próprio público-alvo de interesse, os docentes do IFF **Campus Itaperuna**.

O perfil criado no Instagram possui como *user* “diversiffica”, contendo, até o momento da escrita deste trabalho, dezoito publicações, cento e cinquenta e três seguidores e seguindo duzentas pessoas: a maioria delas docentes e outras páginas que tenham como teor a Educação e o Ensino. As publicações foram organizadas com as mesmas paletas de cores do repositório digital, sendo elas amarelo, verde, rosa e azul, de modo a imprimir uma identidade visual única, evidenciando a personalidade do produto educacional criado.

Na Figura 12, abaixo, é possível visualizar o panorama geral do Instagram do DiversIFFica com os **posts** presentes no **feed**, editado de modo a não publicizar informações indicadoras da identidade dos seguidores da página.

⁴ A versão inicial do **site** foi publicada em 02 de janeiro de 2023. A versão atualizada, no domínio www.diversiffica.com foi disponibilizada ao público em 25 de janeiro de 2023.

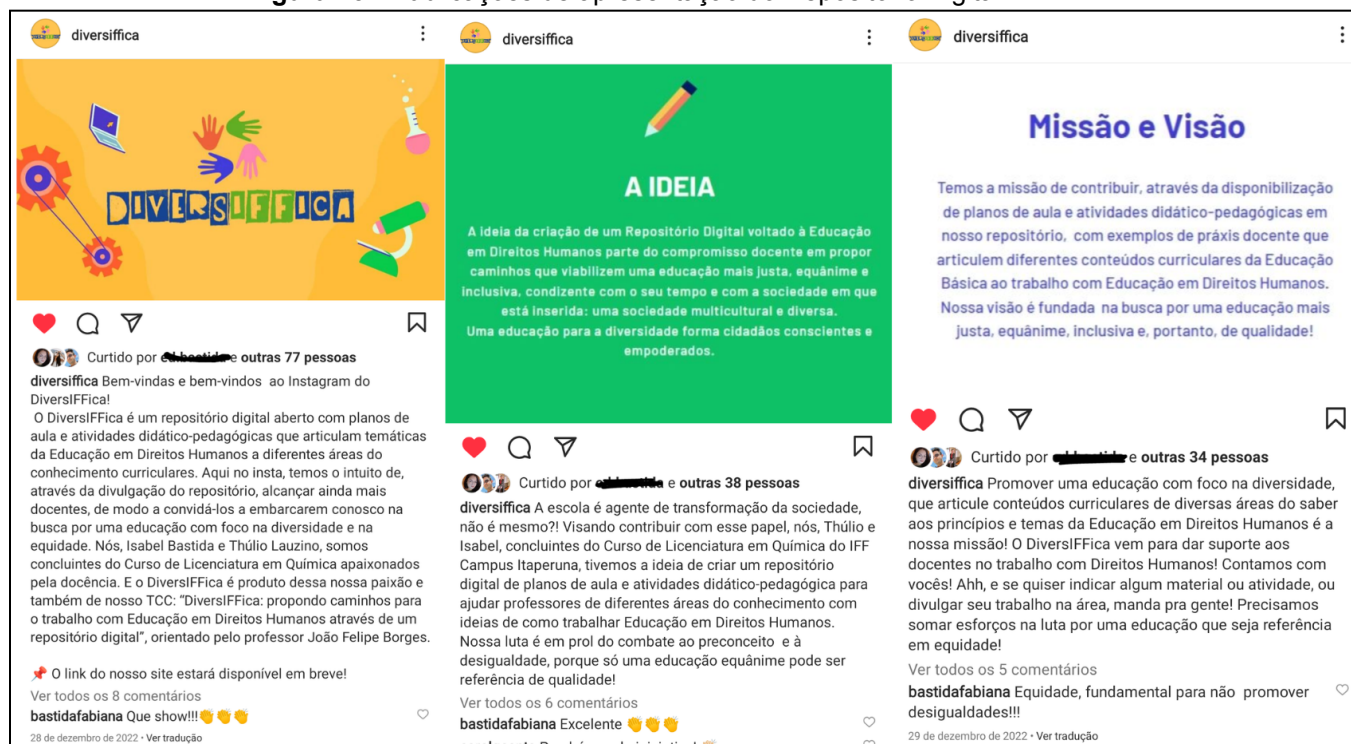
Figura 12 - Página do DiversIFFica no Instagram.



FONTE: Autoria própria.

O **feed** foi organizado de forma que o seguidor ou qualquer visitante interessado em saber mais sobre o repositório digital compreenda com clareza todas as informações ali presentes. Inicialmente, há três publicações que se encontram fixadas no **feed**, isto é, são as primeiras publicações que o seguidor terá contato: elas abordam a apresentação inicial do repositório, a ideia central de criação e o objetivo, a missão e a visão ao propor um produto educacional como um repositório digital na área de Direitos Humanos. As legendas de cada publicação trazem um convite ao seguidor a entender um pouco mais dos motivos para a criação do repositório e a sua importância, como pode ser visto na Figura 13.

Figura 13 - Publicações de apresentação do Repositório Digital.



FONTE: Autoria própria.

Após a apresentação dos **posts** introdutórios do repositório digital, iniciou-se as publicações voltadas ao entendimento dos conceitos elencados no trabalho. Como a ideia é a difusão e popularização da pesquisa, termos técnicos foram evitados, adotando-se uma linguagem simples para atingir um maior número de pessoas. Foram realizados três **posts** de conceituações iniciais a respeito dos Direitos Humanos e da Educação em Direitos Humanos, através de indagações acerca da importância da temática, da conceituação e do que abarcam os Direitos Humanos e sobre o trabalho em sala de aula com tais assuntos. Os **posts** partiram de questionamentos, tanto pela interpolação e diálogo direto com os seguidores, como para promover a reflexão crítica do público-alvo. A Figura 14 revela as publicações realizadas.

Figura 14 - Publicações referentes às conceituações iniciais a respeito dos Direitos Humanos



FONTE: Autoria própria.

Dando prosseguimento, os seis **posts** seguintes tiveram como teor principal a divulgação de resoluções, leis, decretos ou pareceres que orientam o trabalho com as temáticas transversais relacionadas aos Direitos Humanos na Educação Básica, trazendo breves explicações e sínteses dos documentos, de modo a informar e difundir o conhecimento acerca das legislações pertinentes. A Figura 15 apresenta os **posts** publicados com suas respectivas legendas acompanhando as imagens.

Figura 15 - Publicações acerca das legislações referentes aos Direitos Humanos

Você já ouviu falar na Lei nº 13.146?

Você já ouviu falar na Lei nº 13.010?

Você já ouviu falar na Lei nº 11.645?

Você já ouviu falar da resolução CNE/CP nº 1/2012?

Você já ouviu falar no decreto nº 4.281?

Você já ouviu falar da resolução CNE/CP nº 1/2004?

diversiffica Curtido por [nome] e outras 44 pessoas

diversiffica A Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (lei nº 13.146) foi responsável por promover o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Através dessa lei, espera-se garantir melhores condições de vida para as pessoas com deficiência no meio social. Um processo inclusivo vem sendo implementado, rompendo a barreira do preconceito e do capacitismo em inúmeros âmbitos, inclusive no âmbito educacional. Uma educação inclusiva é um passo importante para construir uma educação com foco na diversidade!

diversiffica Curtido por [nome] e outras 54 pessoas

diversiffica Também conhecida como Lei do Menino Bernardo, a Lei nº 13.010 traz a discussão acerca da importância da valorização de uma educação sem violência, prezando pela integridade das crianças e adolescentes. A implementação de uma educação sem violência prevista nessa lei vem com uma missão por parte dos docentes, visando um agir em prol do combate de todo tipo de violência que as crianças e os adolescentes podem sofrer, pautando a educação sem um viés arcaico, com a predominância dos castigos físicos.

diversiffica Curtido por [nome] e outras 37 pessoas

diversiffica Muitas foram as lutas para a garantia do estudo do tema transversal Relações Étnico-raciais na Educação Básica. Depois da Constituição Federal de 1988, através da Lei nº 7.716/1989, estabeleceu o racismo como crime inafiançável, e apenas em 2003 que as questões em torno das relações étnico-raciais para romper com o preconceito enraizado na sociedade brasileira se consolida como parte integrante do currículo escolar: através da implementação da Lei nº 10.639, previa-se a obrigatoriedade, nos componentes curriculares da Educação Básica, do estudo da história e cultura afro-brasileira e africana. Em 2008, a Lei nº 11.645 adiciona como obrigatório também o trabalho com história e cultura dos povos indígenas no currículo das escolas brasileiras.

diversiffica Curtido por [nome] e outras 27 pessoas

diversiffica Promulgada no dia 30 de maio de 2012, a Resolução CNE/CP nº 1 reafirma a importância da Educação em Direitos Humanos nos currículos escolares, tendo como base a Constituição Federal de 1988, a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/1996), entre outros tantos documentos que fazem alusão à necessidade de uma educação que privilegie a mudança e a transformação social. Para tanto, a Educação em Direitos Humanos fundamenta-se nos seguintes princípios: (i) dignidade humana; (ii) igualdade de direitos; (iii) reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; (iv) laicidade do estado; (v) democracia na educação; (vi) transversalidade, vivência e globalidade; e (vii) sustentabilidade socioambiental. Esses princípios devem ir além de um viés teórico, tomando vida no cotidiano escolar, seja a partir da eleição de temas transversais tratados de forma interdisciplinar e/ou a partir de

diversiffica Curtido por [nome] e outras 40 pessoas

diversiffica Em um mundo cada vez mais capitalista, em que a aquisição e produção de bens de consumo são prioridade em relação ao meio ambiente, torna-se imprescindível que o sistema educacional esteja atento às questões ambientais, pois pode ser responsável por promover uma reflexão crítica de modo a reverter o quadro de destruição ao meio ambiente. Minimizar os inúmeros impactos ambientais a que estamos sujeitos é também dever da escola, que pode, através de propostas de intervenção pedagógica com foco na sustentabilidade, desenvolver uma política de valorização e cuidado com o meio ambiente, que tanto carece de atenção e responsabilidade.

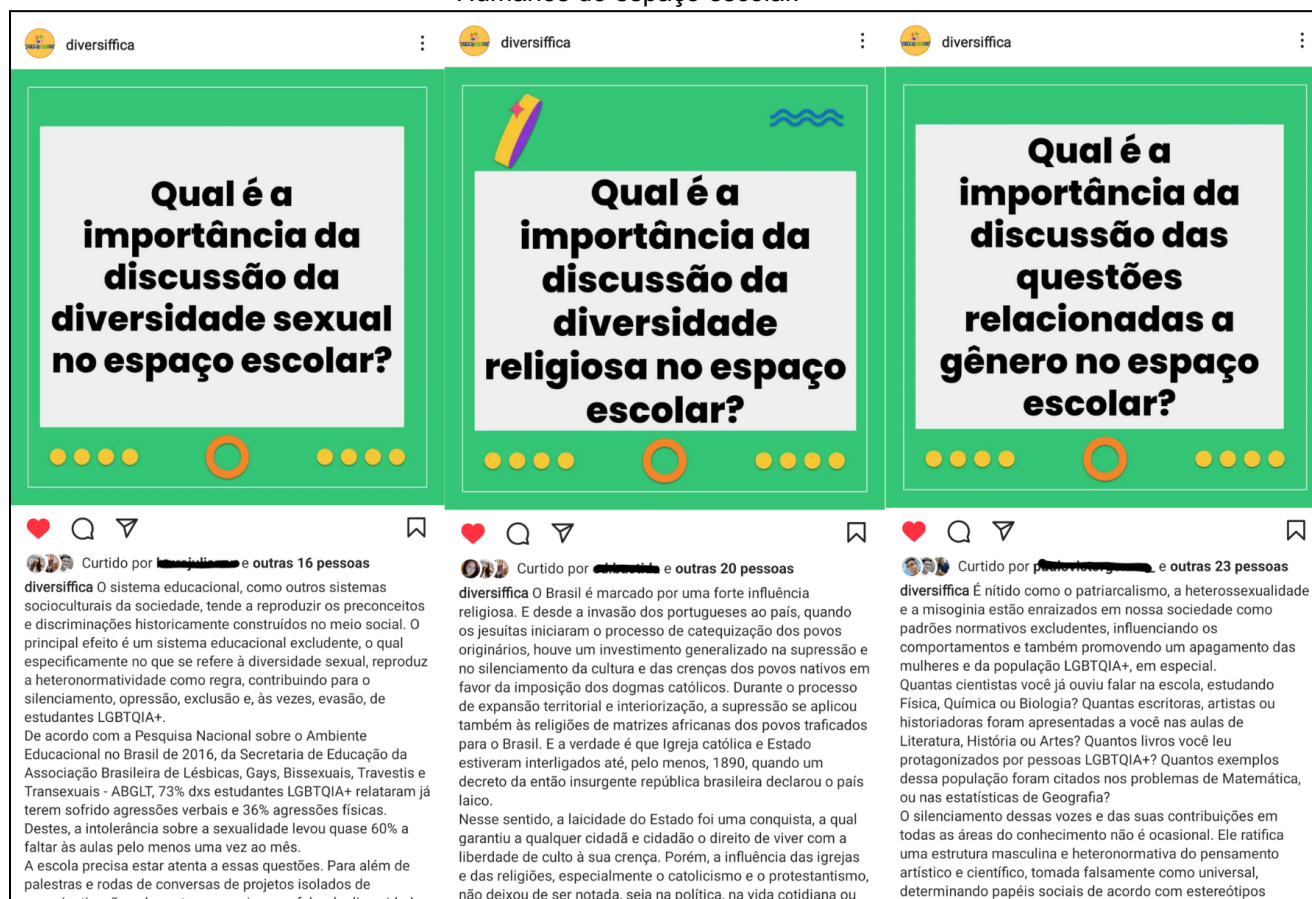
diversiffica Curtido por [nome] e outras 33 pessoas

diversiffica Promulgada no dia 17 de junho de 2004, a Resolução CNE/CP nº 01 instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Um dos objetivos da resolução é promover programas curriculares para combater o preconceito e a discriminação racial, atuando na reconstrução de conhecimentos tradicionais e ofícios da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Revisitar esses conhecimentos a partir de olhares não hegemônicos, desvinculados do colonialismo, garante o protagonismo para variadas culturas suprimidas ou dizimadas nos processos de colonização, evidenciando o conhecimento multicultural que reflete a sociedade pluriétnica em que vivemos. Outro importante objetivo, trazido pela resolução, é formar os docentes indicando claramente assuntos e tópicos obrigatórios para a abordagem e execução do trabalho em sala de aula com

FONTE: Autoria própria.

As três seguintes publicações trouxeram, a partir das legislações, indagações sobre temáticas específicas relacionadas aos Direitos Humanos, de modo a trazer maior concretude após a apresentação das legislações. As questões enfocadas disseram a respeito especificamente à discussão no espaço escolar dos temas diversidade religiosa, questões relacionadas a gênero e diversidade sexual, conforme a Figura 16 atesta.

Figura 16 - Publicações acerca da importância das discussões das temáticas referentes aos Direitos Humanos do espaço escolar.



FONTE: Autoria própria.

Por fim, as últimas três publicações apresentaram três diferentes planos de aula autorais dos componentes curriculares que compõem a área do saber Ciências da Natureza. Foram escolhidos como os primeiros a serem divulgados, por se tratar da área em que durante toda a análise, apontou maior escassez de materiais de referência. Os planos de aula presentes nos **posts** são compactos, contendo apenas o

tema da aula, a série visada, o tempo previsto, o objetivo geral e o conteúdo programático condizente com a transversalidade utilizada, convidando os seguidores a acessarem os planos de maneira completa no repositório digital, como se pode observar na Figura 17.

Figura 17 - Publicações referentes aos planos de aulas disponíveis no Repositório Digital.



FONTE: Autoria própria.

Cumprir mencionar que a página do Instagram do DiversIFFica continuará publicando os materiais didáticos presentes no repositório em suas próximas publicações, como forma de convidar os seguidores a acessar o **site** e divulgar, dessa forma, práticas possíveis ao trabalho com Direitos Humanos na sala de aula.

A página do DiversIFFica foi criada no dia 29 de dezembro de 2022, tendo uma receptividade imediata, com o acréscimo de seguidores e o **feedback** positivo em cada **post**, seja publicado nos **stories** ou até mesmo nos comentários de cada publicação. A saber, o painel profissional sobre a conta, somente no mês de fevereiro, apresentou que o perfil alcançou mil e cinquenta e nove usuários, sendo oitocentos e noventa e seis não seguidores. Além disso, foram obtidas novecentas e sessenta e seis

interações com os conteúdos publicados, tendo ao todo seiscentas e trinta e uma curtidas, sessenta e seis comentários, treze salvamentos e duzentos e quarenta e cinco compartilhamentos, como mostra a Figura 18.

Figura 18 - Painel profissional da conta do DiversIFFica no Instagram



FONTE: Autoria própria.

6. Considerações Finais

Quatro razões principais fundamentam a importância da criação do repositório digital DiversIFFica. Em primeiro lugar, cumpre mencionar o cenário político vigente, em que discursos de ataque aos Direitos Humanos, justificados por uma associação deturpada à defesa do crime e da criminalidade, ganham cada vez mais força, tornando urgente e necessário o debate sobre o tema, para levar conhecimento científico fundamentado onde predomina o senso comum e a ignorância.

Em segundo lugar, cumpre salientar o incentivo ao próprio atendimento e concretização dos princípios defendidos tanto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, quanto no recente documento da Base Nacional Comum Curricular (2018), além das resoluções, pareceres e demais documentos legislativos vistos aqui. A LDB, logo em seu artigo 2º, estabelece como principal finalidade da educação escolar, muito além da qualificação para o trabalho, o pleno desenvolvimento do educando, incluindo-se aí seu preparo para o exercício da cidadania. Em seu artigo 3º, fala não só da garantia do padrão de qualidade, como da “consideração com a diversidade”, e no 26º, menciona diretamente o trabalho com Direitos Humanos. De maneira semelhante, a BNCC prevê como uma das competências gerais da Educação Básica, compromisso de todas as áreas do saber,

argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta (BRASIL, 2018, p. 9).

Todas essas previsões e princípios, entretanto, muitas vezes não se refletem nas ementas, matrizes curriculares e sobretudo, na prática em sala de aula. Nesse sentido, torna-se essencial que a escola e seus sujeitos tenham consciência da necessidade de uma mudança efetiva, abrangendo e cumprindo essas demandas emergentes, frutos de uma sociedade contemporânea que a cada dia carece mais da discussão no que se refere à temática aqui abordada. Assim como afirma Zhulan e Raitz (2014), considerando a escola como um lugar privilegiado para tal debate, por se tratar de um espaço de construção de caráter e consciência social, faz-se necessária a busca por

práticas pedagógicas que considerem todas as diversidades presentes no contexto educacional brasileiro, auxiliando no incentivo por esta mudança requerida, para um melhor convívio entre os sujeitos tanto no ambiente escolar, como em outros âmbitos da sociedade.

Em terceiro lugar, a importância da tarefa, ao criar um repositório digital aberto de materiais didáticos na área de Direitos Humanos para utilização posterior por docentes, fundamenta-se nos valores e princípios que norteiam o próprio contexto educacional da escola-campo em que se inscreveu a pesquisa, o IFF **Campus** Itaperuna, o qual tem como “escopo principal” da cultura institucional, “a promoção dos Direitos Humanos” (IFFLUMINENSE, 2018, p. 50).

Ainda no âmbito da escola-campo, cumpre mencionar que o desenvolvimento da pesquisa pode contribuir diretamente para a:

- (a) articulação e fortalecimento do Núcleo de Estudos sobre Gênero, Diversidade e Sexualidade (NUGEDIS);
- (b) articulação e fortalecimento do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI);
- (c) articulação e fortalecimento do Núcleo de Estudos em Educação em Direitos Humanos (NEEDH);
- (d) consolidação da linha de pesquisa “Fundamentos e Práticas para Educação em Direitos Humanos”, vinculada ao Ensino de Ciências e Química, do Curso de Licenciatura em Química do IFF **Campus** Itaperuna;
- (e) outros projetos da instituição, tais como Literature-se, Academia de Letras do IFF Itaperuna, entre outros.

Por fim, em quarto e último lugar, a importância da tarefa no âmbito da sociedade, concentra-se no potencial do repositório de contribuir para a modificação do cenário do ensino, fomentando o pluralismo e a diversidade na contextualização das diferentes disciplinas. De acordo com Guedes, Gonçalves e Nascimento (2015), a utilização de repositórios digitais abertos já vem sendo pensada desde a década de

1990. Atualmente, com a era digital e os inúmeros avanços tecnológicos, a utilização dos repositórios digitais ganham ainda mais notoriedade e importância, com base tanto na interação digital dos usuários, quanto na facilidade de acesso a qualquer tempo e lugar. Isso não é garantia, convém frisar, de que haverá uso efetivo do repositório e a consequente apropriação e uso dos materiais dispostos no repositório em sala de aula.

Decerto, a inserção de temáticas relacionadas aos Direitos Humanos representa uma complicação face ao ensino tradicional, principalmente em disciplinas de áreas mais exatas, como a Matemática e as Ciências da Natureza, que justificam a distância de tal tema dos conteúdos específicos. Além disso, o preconceito enraizado muitas vezes afasta o trabalho com tais transversalidades da sala de aula. Mas isso seriam justificativas válidas para evitar o trabalho diante da constante violação dos direitos de grupos politicamente minoritários, silenciados de diversas maneiras? Considerar a diversidade e promover a igualdade sem quaisquer distinções não seria nosso papel no desenvolvimento de saberes e fazeres comprometidos com a construção da cidadania, com o respeito aos Direitos Humanos e com a democracia? Espera-se que essas indagações, assim como o repositório criado, possam indicar caminhos para pesquisas futuras em Educação em Direitos Humanos e consolidar o trabalho efetivo em sala de aula.

REFERÊNCIAS

BACICH, L.; MORAN, J. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. São Paulo: Penso Editora, 2018.

BONFIM, H. C. C.; GUIMARÃES, O. M. Articulações teóricas entre ensino de ciências naturais e direitos humanos: proposta para uma perspectiva de formação humana. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, 2020, 949-974. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/20556/19720>> Acesso em 09 dez. 2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília: MEC/Secretaria

de Educação Básica, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção I, p. 27834-27841.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução n.º 01, de 30 de maio de 2012.** Estabelece as Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos. Brasília: Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf. Acesso em: 28 jan. 2023.

BORDINI, M. G. Acervos Literários e Catálogos Digitais. **Revista Texto Digital**, Florianópolis, ano 2, n. 1, p. 1-9, 2006.

CHOUSA, M. **Sala de aula inclusiva** – práticas de diferenciação pedagógica. Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/2705> . Acesso em 27 ago. 2022.

CUNHA, M. B. Desafios na construção de uma biblioteca digital. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 28, n. 3, p. 257-268, set./dez. 1999.

DIÓGENES, E. M. N. Educação em Direitos Humanos: Narrativas Emergentes. **Rev. Triang.** v. 7, n. 2: 31-46, jul./dez. 2014. Disponível em: <<https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistatriangulo/article/view/464>> Acesso em 05 ago. 2022.

GUEDES, J. T.; GONÇALVES, H. A.; NASCIMENTO, M; Recursos Educacionais Abertos: Significados na Prática Docente. **Atas - Investigação Qualitativa em Educação.** v. 2, 2015. Disponível em: <<https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/309>> Acesso em 28 dez. 2022.

FERNANDES, G. G. **Avaliação de Interface Humano-Computador.** Teresina: CEAD/UFPI, 2010.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Relatório do Mapa da Violência de 2021.** Brasília: Oficina 22, 2022.

IFFLUMINENSE. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022**. Campos dos Goytacazes: IFF, 2018. Disponível em:<<https://portal1.iff.edu.br/aceso-a-informacao-antigo/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi-1>> Acesso em 18 jul. 2022.

MARTINS-FILHO, L. J. Formação de professores e diversidade cultural religiosa: licenciaturas em foco. **Interações**, Belo Horizonte, 2018, v. 3, n. 3, p. 132-150. Disponível em:<<http://periodicos.pucminas.br/index.php/interacoes/article/view/15826/13677>> Acesso em 08 dez. 2022.

MORAN, J. **Mudando a educação com metodologias ativas**. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/moran/wpcontent/uploads/2013/12/mudando_moran.pdf. Acesso em: 29/06/2020.

MOTA, H. A. Democracia E Educação Em Direitos Humanos No Brasil: resistência e possibilidades da defesa da plataforma humanista no cenário político nacional e mundial. **Filos. e Educ.**, Campinas, SP, v.12, n.2, p.1126-1147, maio/ago. 2020. Disponível em:<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8661056/22993>> Acesso em 06 ago. 2022.

OLIVEIRA, J. L. de; OLIVEIRA, E. A.; ABREU, E. de O. Currículo e Educação em Direitos Humanos: Desafios e Possibilidades. **Revista Intersaberes**. v. 16, n. 38, mai./ago. 2021. Disponível em:<<https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/2178>> Acesso em 06 ago. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em:<<https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?LangID=por>> Acesso em 05 ago. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS MULHERES; ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS DE DROGAS E CRIMES. **Gender-related killings of women and girls (femicide/feminicide)**: Global estimates of gender-related killings of women and girls in the private sphere in 2021 Improving data to improve responses. Geneva: UNODC/UNW, 2022. Disponível em:

<https://www.unwomen.org/sites/default/files/2022-11/Gender-related-killings-of-women-and-girls-improving-data-to-improve-responses-to-femicide-feminicide-en.pdf>. Acesso em 28 jan. 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO; ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA MIGRAÇÕES. **Global Estimates of Modern Slavery: Forced Labour and Forced Marriage**. Geneva: ILO, 2022. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---ipec/documents/publication/wcms_854733.pdf. Acesso em 28 jan. 2023.

PENSSAN (REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR). Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil. São Paulo: Vox Populi, 2022. Disponível em: https://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 28 jan. 2023.

PEREIRA, F. **Avaliação de usabilidade em bibliotecas digitais**: um estudo de caso. 2011. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/ECID-8LAKHD/1/dissertacao_pdf.pdf. Acesso em: 28 jan. 2023.

PICCININI, C. L.; ANDRADE, M. C. P. O ensino de Ciências da Natureza nas versões da Base Nacional Comum Curricular, mudanças, disputas e ofensiva liberal-conservadora. **Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio**, 2018, v. 11, n. 2, p. 34-50. Disponível em: <<https://renbio.org.br/index.php/sbenbio/article/view/124/32>> Acesso em 08 dez. 2022.

REZNIK, G. MASSARANI, L. Mapeando a Importância de Projetos para a Equidade de Gênero na Educação em STEM. **Caderno de Pesquisas**, São Paulo, v.52, 2022, Disponível em: <<https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/9179>> Acesso em 06 ago. 2022.

RODRIGUES, L. A. M. S.; BARBOSA, M. L. de. O.; RIBEIRO, C. M. Mapeando a Pesquisa em Educação das Relações Étnico-Raciais. **Caderno de Pesquisas**, São Paulo, v. 52, 2022. Disponível em: <<https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/7753>> Acesso em 06 ago. 2022.

VIEIRA, L. B.; MOREIRA, G. E. Enade matemática e a formação humana: análises das matrizes de referência e dos itens dos exames. **ALEXANDRIA: R. Educ. Ci. Tec.**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 3-26, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/alexandria/article/view/72700/47607>> Acesso em 16 dez. 2022.

WALK FREE. **Global Slavery Index: Americas report**. Perth: The Minderoo Foundation Pty Ltd, 2018. Disponível em: https://downloads.globalslaveryindex.org/ephemeral/Americas_V9_digital-English-1676473307.pdf. Acesso em 28 jan. 2023.

ZHULAN, M. R. RAITZ, T. R. A educação em direitos humanos para amenizar os conflitos no cotidiano das escolas. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 95, n. 239, p. 31-54, jan./abr. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbeped/a/zrxjQZWMyfQbzTW58rjSJQt/?lang=pt>> Acesso em 16 jul. 2022.

ANEXOS

Pesquisa “Educação em Direitos Humanos” - exclusivo para professores do IFF Campus Itaperuna dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio

Não é de hoje que a temática de Direitos Humanos é exigência nos currículos escolares. É só caminhar na esteira da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, LDB 9.394/96, dos Parâmetros Curriculares Nacionais e da recente Base Nacional Comum Curricular, para evidenciarmos tal feito. Contudo, será que a temática assertivamente se consolidou para além da legislação, alcançando a sala de aula?

É com o intuito de investigar os desdobramentos desta questão, que nós, Isabel Bastida e Thúlio Lauzino, graduandos de Licenciatura em Química do Instituto Federal Fluminense *Campus* Itaperuna estamos realizando esta pesquisa. O objetivo principal é investigar como os Direitos Humanos têm sido efetivamente trabalhados em sala, no interior de cada disciplina propedêutica.

Pretende-se, após esse mapeamento, investir em propostas conjuntas e produção de materiais didáticos para o trabalho com Direitos Humanos em diferentes disciplinas.

Os dados de identificação dos participantes (tais como e-mail) não serão divulgados, sendo mantidos em absoluto sigilo. Constam aqui apenas para verificar se não haverá repetição das respostas coletadas.

***Obrigatório**

1. Assinale aqui a disciplina que você ministra ou a área em que você atua. * 79

Marcar apenas uma oval.

- Artes
- Língua Portuguesa e Literatura
- Línguas Estrangeiras (Inglês e/ou Espanhol)
- Educação Física
- História
- Geografia
- Sociologia
- Filosofia
- Biologia
- Física
- Química
- Matemática

2. Sobre as legislações da Educação Básica pertinentes a questões relacionadas ao tema Direitos Humanos, marque abaixo aquelas que você conhece ou ouviu falar. *

Marcar tudo o que for aplicável.

- LEI Nº 11.645, DE 10 DE MARÇO DE 2008: Inclusão no currículo oficial da Educação Básica a temática transversal "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".
- RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1/2004 (Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais): Abordagem de conteúdos de Educação das Relações Étnico-raciais.
- LEI Nº 13.010, DE 26 DE JUNHO DE 2014: Inclusão no currículo oficial da Educação Básica os temas transversais Direitos Humanos e prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente.
- RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 30/05/2012 (Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos): Abordagem de conteúdos de Educação em Direitos Humanos.
- DECRETO Nº 4.281, DE 25 DE JUNHO DE 2002: Abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de Educação Ambiental como transversais à Educação Básica.
- LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015: Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.
- Não conheço nenhuma das legislações citadas acima.
- A ementa de minha disciplina não permite o trabalho com tais transversalidades.

3. **Marque abaixo as temáticas transversais relacionadas aos Direitos Humanos que você já trabalhou/trabalha nas disciplinas que você ministra atualmente no campus Itaperuna:** * 80

Marcar tudo o que for aplicável.

- Relações Étnico-raciais e/ou História/Cultura afro-brasileira e indígena.
- Diversidade Sexual.
- Questões relacionadas a gênero.
- População em situação de vulnerabilidade social e/ou econômica.
- Laicidade do Estado e diversidade religiosa.
- Prevenção de todas as formas de violência e/ou prevenção à violência contra a criança e o adolescente.
- Educação socioambiental e sustentabilidade.
- Pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas.
- Xenofobia, Imigração e Globalização.
- A ementa de minha disciplina não permite o trabalho com tais transversalidades.
- Outra: _____

4. **Marque abaixo as temáticas transversais relacionadas aos Direitos Humanos que estão registradas na ementa de sua disciplina prevista no PPC do curso:** *

Marcar tudo o que for aplicável.

- Relações Étnico-raciais e/ou História/Cultura afro-brasileira e indígena.
- Diversidade Sexual.
- Questões relacionadas a gênero.
- População em situação de vulnerabilidade social e/ou econômica.
- Laicidade do Estado e diversidade religiosa.
- Prevenção de todas as formas de violência e/ou prevenção à violência contra a criança e o adolescente.
- Educação socioambiental e sustentabilidade.
- Pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas.
- Xenofobia, Imigração e Globalização.
- A ementa de minha disciplina não permite o trabalho com tais transversalidades.
- Outra: _____

5. **Marque abaixo as temáticas transversais relacionadas aos Direitos Humanos que estão presentes no(s) livro(s) didático(s) disponível(s) na instituição:**

* 81

Marcar tudo o que for aplicável.

- Relações Étnico-raciais e/ou História/Cultura afro-brasileira e indígena.
- Diversidade Sexual.
- Questões relacionadas a gênero.
- População em situação de vulnerabilidade social e/ou econômica.
- Laicidade do Estado e diversidade religiosa.
- Prevenção de todas as formas de violência e/ou prevenção à violência contra a criança e o adolescente.
- Educação socioambiental e sustentabilidade.
- Pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas.
- Xenofobia, Imigração e Globalização.
- A ementa de minha disciplina não permite o trabalho com tais transversalidades.
- Outra: _____

6. **Marque abaixo as temáticas transversais relacionadas aos Direitos Humanos que estão presentes no(s) Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) dos cursos em que atua:**

*

Marcar tudo o que for aplicável.

- Relações Étnico-raciais e/ou História/Cultura afro-brasileira e indígena.
- Diversidade Sexual.
- Questões relacionadas a gênero.
- População em situação de vulnerabilidade social e/ou econômica.
- Laicidade do Estado e diversidade religiosa.
- Prevenção de todas as formas de violência e/ou prevenção à violência contra a criança e o adolescente.
- Educação socioambiental e sustentabilidade.
- Pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas.
- Xenofobia, Imigração e Globalização.
- A ementa de minha disciplina não permite o trabalho com tais transversalidades.
- Outra: _____

7. **Marque abaixo a(s) forma(s) pelas quais as temáticas acima são trabalhadas em sua escola:** * 82

Marcar tudo o que for aplicável.

- Através de eventos, projetos e ações de intervenção apenas em datas comemorativas.
- Através de eventos, projetos e ações de intervenção, em programação específica paralela ao horário das aulas, ao longo de todo ano.
- Através do estabelecimento de núcleos de estudos afro-brasileiros e indígenas, núcleos de estudos de gênero e diversidade sexual, etc
- Através do estabelecimento de grupos e/ou movimentos socioculturais representativos.
- Meu instituto não trabalha com as temáticas citadas acima.
- Desconheço o trabalho com as temáticas citadas acima.
- Outra: _____

8. **Você já realizou cursos de capacitação e/ou formação continuada sobre o trabalho com uma das temáticas relacionadas aos Direitos Humanos?** *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

9. **Em sua opinião, falta preparo específico (cursos de capacitação e/ou formação continuada) na formação dos professores para a inserção de tais temas em sua ementa e o trabalho com elas em sala de aula?** *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

10. **Para você, o conhecimento técnico-científico trabalhado em sua disciplina pode relacionar-se a essas temáticas?** * 83

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

11. **Você acha que o trabalho com essas temáticas no interior das disciplinas * pode contribuir para minimização do preconceito e da intolerância, bem como para promoção dos direitos humanos visando a uma sociedade mais igualitária?**

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Penso que os temas devem ser tratados pela família dos estudantes

Penso que os temas se distanciam do conteúdo científico trabalhado nas disciplinas.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

Pesquisa "Educação em Direitos Humanos" - exclusivo para professores do IFF Campus Itaperuna dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio

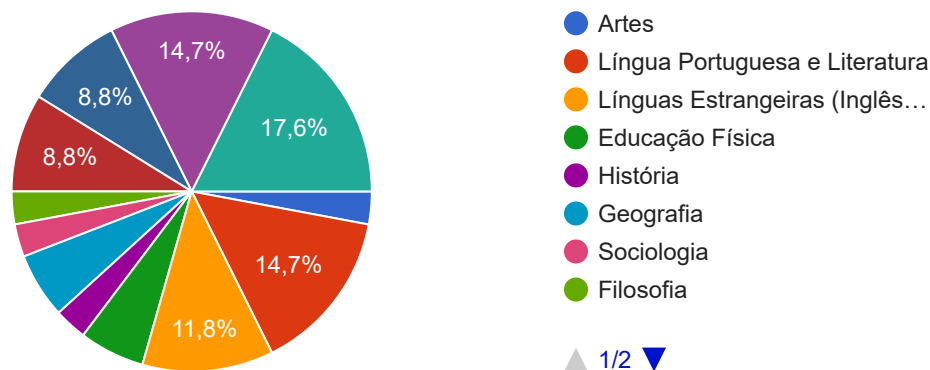
34 respostas

[Publicar estatísticas](#)

Assinale aqui a disciplina que você ministra ou a área em que você atua.

 Copiar

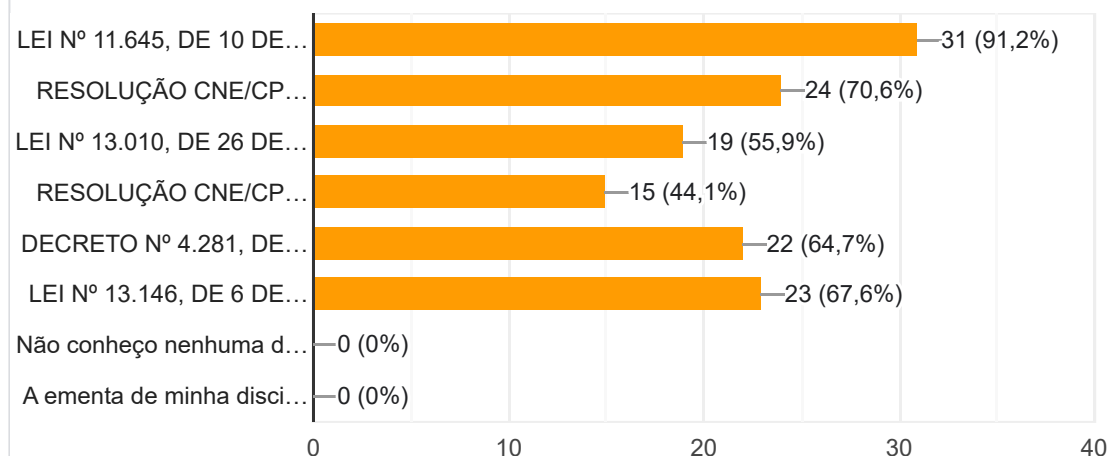
34 respostas



Sobre as legislações da Educação Básica pertinentes a questões relacionadas ao tema Direitos Humanos, marque abaixo aquelas que você conhece ou ouviu falar.



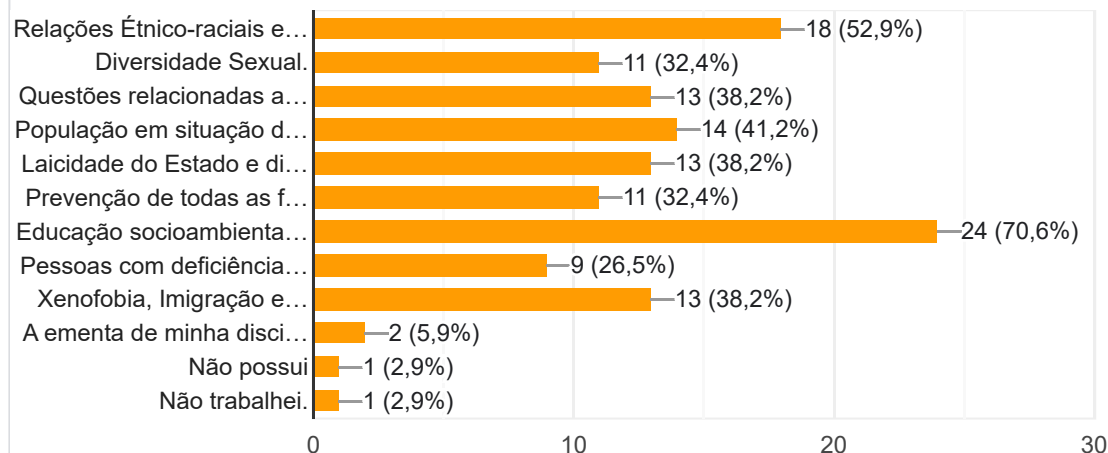
34 respostas



Marque abaixo as temáticas transversais relacionadas aos Direitos Humanos que você já trabalhou/trabalha nas disciplinas que você ministra atualmente no campus Itaperuna:



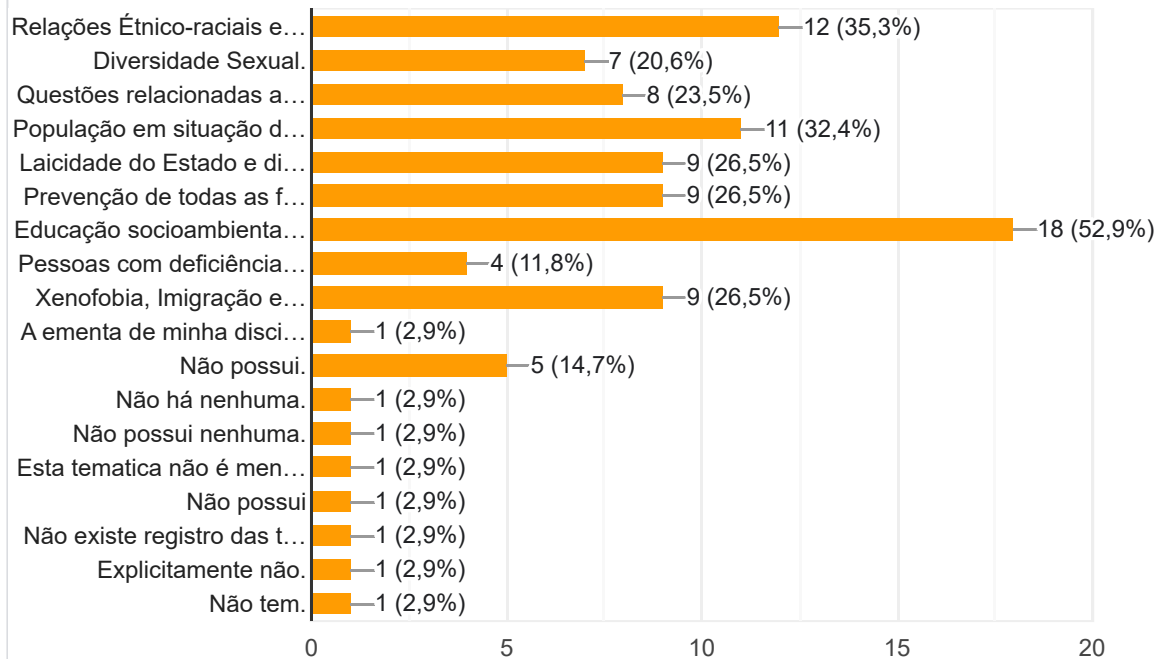
34 respostas



Marque abaixo as temáticas transversais relacionadas aos Direitos Humanos que estão registradas na ementa de sua disciplina prevista no PPC do curso:



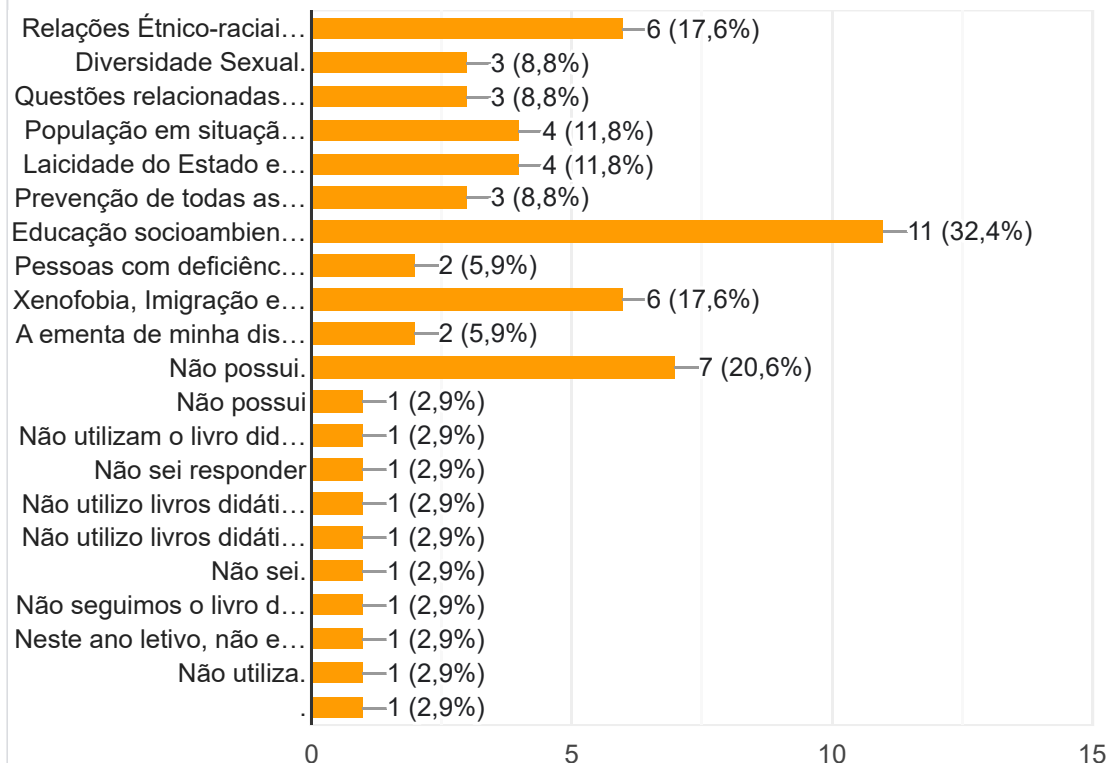
34 respostas



Marque abaixo as temáticas transversais relacionadas aos Direitos Humanos que estão presentes no(s) livro(s) didático(s) disponível(s) na instituição:



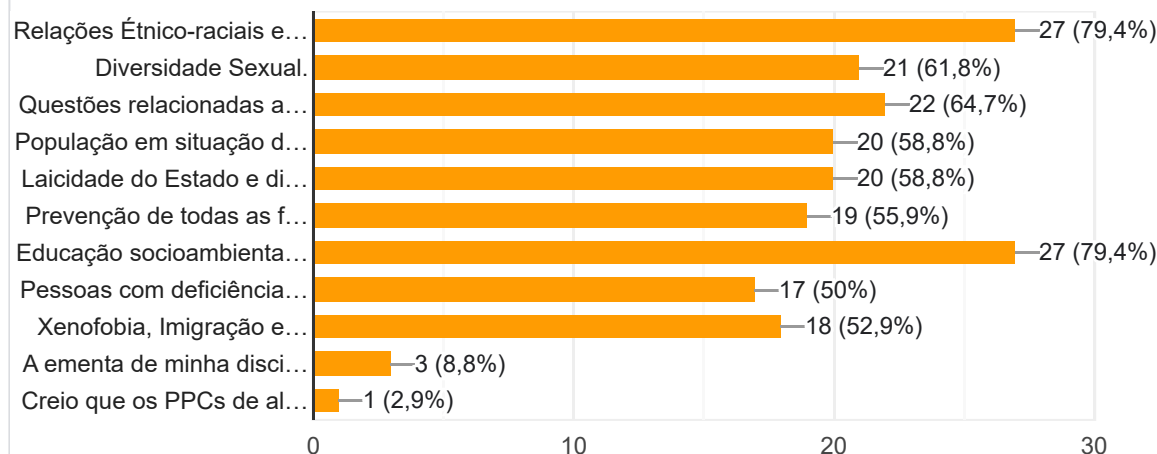
34 respostas



Marque abaixo as temáticas transversais relacionadas aos Direitos Humanos que estão presentes no(s) Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) dos cursos em que atua:



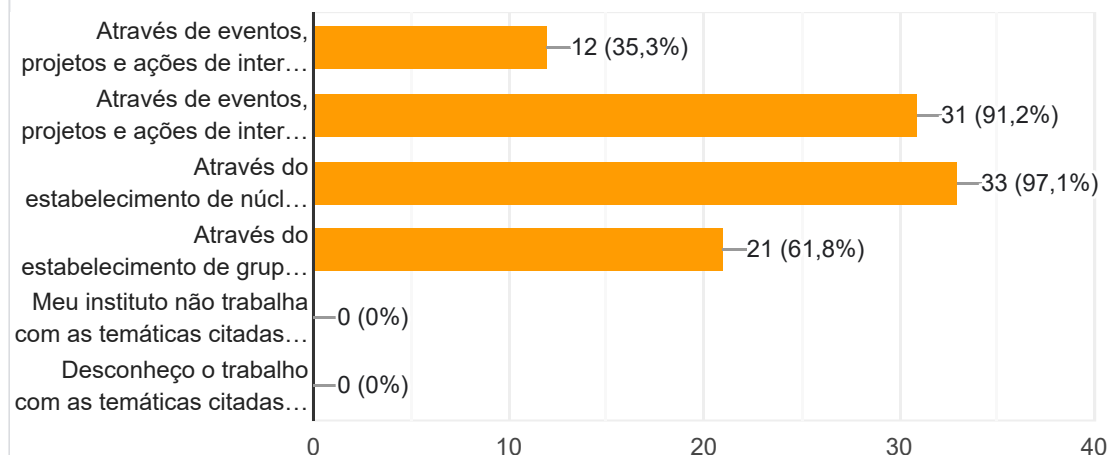
34 respostas



Marque abaixo a(s) forma(s) pelas quais as temáticas acima são trabalhadas em sua escola:



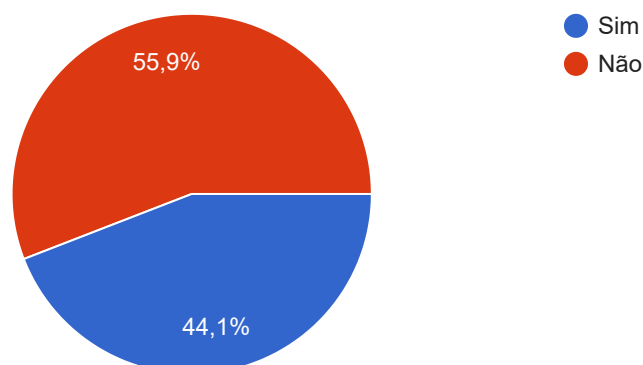
34 respostas



Você já realizou cursos de capacitação e/ou formação continuada sobre o trabalho com uma das temáticas relacionadas aos Direitos Humanos?



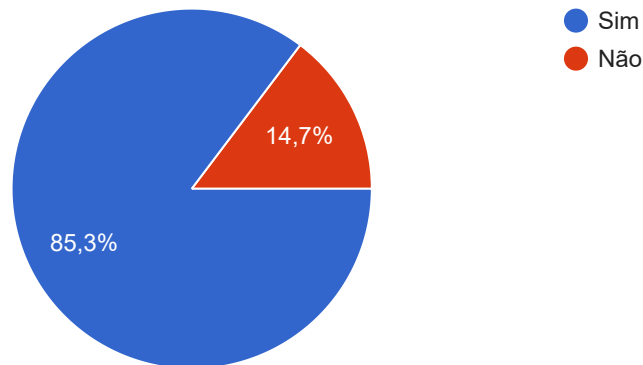
34 respostas



Em sua opinião, falta preparo específico (cursos de capacitação e/ou formação continuada) na formação dos professores para a inserção de tais temas em sua ementa e o trabalho com elas em sala de aula?

 Copiar

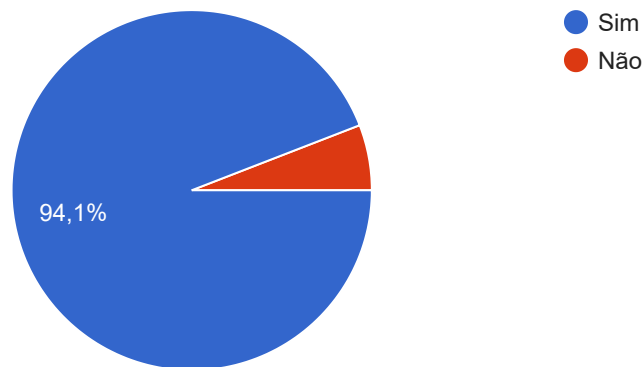
34 respostas



Para você, o conhecimento técnico-científico trabalhado em sua disciplina pode relacionar-se a essas temáticas?

 Copiar

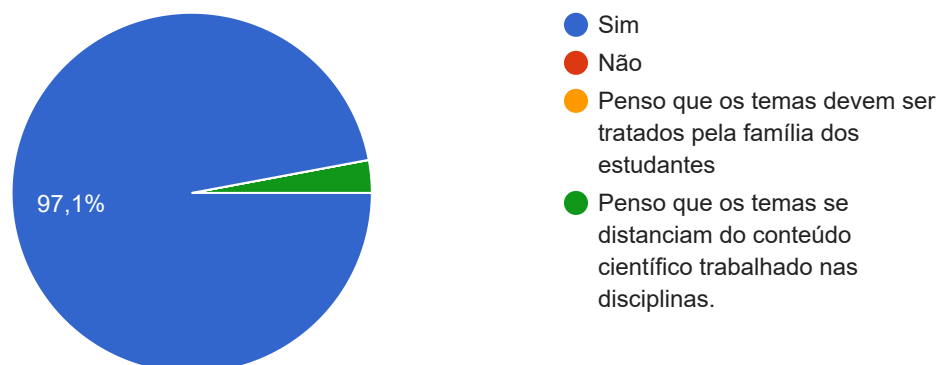
34 respostas



Você acha que o trabalho com essas temáticas no interior das disciplinas pode contribuir para minimização do preconceito e da intolerância, bem como para promoção dos direitos humanos visando a uma sociedade mais igualitária?

 Copiar

34 respostas



Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Utilização](#) - [Política de privacidade](#)

Google Formulários





Anexo B

Pesquisa "Educação em Direitos Humanos" - exclusivo para professores do IFF Campus Itaperuna dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio

Não é de hoje que a temática de Direitos Humanos é exigência nos currículos escolares. É só caminhar na esteira da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, LDB 9.394/96, dos Parâmetros Curriculares Nacionais e da recente Base Nacional Comum Curricular, para evidenciarmos tal feito. Contudo, será que a temática assertivamente se consolidou para além da legislação, alcançando a sala de aula?

É com o intuito de investigar os desdobramentos desta questão, que nós, Isabel Bastida e Thúlio Lauzino, graduandos de Licenciatura em Química do Instituto Federal Fluminense *Campus* Itaperuna estamos realizando esta pesquisa. O objetivo principal é investigar como os Direitos Humanos têm sido efetivamente trabalhados em sala, no interior de cada disciplina propedêutica.

Pretende-se, após esse mapeamento, investir em propostas conjuntas e produção de materiais didáticos para o trabalho com Direitos Humanos em diferentes disciplinas.

Os dados de identificação dos participantes (tais como e-mail) não serão divulgados, sendo mantidos em absoluto sigilo. Constam aqui apenas para verificar se não haverá repetição das respostas coletadas.

*Obrigatório

1. Quais são os sites educativos que você costuma acessar? *

2. **O que é importante em um plano de aula para você? ***

3. **O que é importante conter em exercícios e atividades avaliativas? ***

4. **Você costuma fazer um plano de aula? O que não pode faltar no mesmo? ***

5. **Você possui algum material de referência? Se sim, qual? ***

Pesquisa "Educação em Direitos Humanos" - exclusivo para professores do IFF Campus Itaperuna dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio

34 respostas

[Publicar estatísticas](#)



Quais são os sites educativos que você costuma acessar?

34 respostas

Não possuo

Phet sinulations, sites de outros lff e de universidades confiáveis.

Phet sinulations, acd labs

Não possuo.

Sites de universidades, unicamp, UFPB.

Escrevendo o futuro, Cenpec, telefônica.

Sites de exercícios de vestibulares

Sites da editoras internacionais em geral:

Woxford, LinerEnglish.org

Prepara Enem, Matemática no cotidiano e etc.

Não.

Sbm, mentimeter.

Sim, portal da OBMEP, nova escola, sites de resolução de exercícios e etc

A base de minhas consultas são livros. Os sites que acesso são de universidades.

Portal da OBMEP, banco de questões

Avamec, Inep, nova escola

SciELO, Google Acadêmico, Hotmart

Nenhum.

Profide

Não possuo site específico e sim sites diversos.

Mundo escola, Brasil escola, YouTube

Não tenho costume de usar sites específicos para essa temática



Google acadêmico; Brasil escola; Geografia para todos;

Khan Academy. Google Acadêmico.

Revista Brasil Escola.

Não possuo nenhum específico.

Escola Brasil.

Geledes, Cenpec, Ação Educativa, Café História.

Redigir - UFMG; Escrevendo o futuro; Porvir, Educamídia, entre outros.

Tudo Sala de Aula, SOS Professor e sites que usualmente são indicados quando pesquisado em site de buscas

SBEM Sociedade Brasileira de educação matemática

Brasil Escola, Mundo da Educação, Leitura Diária, Escola Educação etc.

Não possuo.

Brasilecola e geogebra.org.

Porvir, Redigir, Educamídia, Todos pela Educação, Nova Escola, Plataforma Nilo Peçanha, Fundação Telefônica Vivo.



O que é importante em um plano de aula para você?

34 respostas

A programação que eu vou adquirir naquele instante.

Ter uma visão clara do objetivo a ser alcançado e quais recursos didáticos para alcançá-lo.

Todo o planejamento e o objetivo e como vai avaliar se o objetivo foi alcançado. Dentro do planejamento delimitar o tema e o nível de aprofundamento do tema.

Os objetivos, a metodologia, avaliação.

O plano é norteador do seu trabalho.

Paixão pelo o que você gosta, muitos estudo, muita leitura.

O objetivo

Seguir uma sequência lógica do conteúdo: contextualização, apresentação e prática.

Contextualização e interdisciplinaridade

Organização didática

Tempo adequado, linguagem apropriada, com exemplificações, além de exercícios de fixação.

Organizar a estrutura da aula.

Apresentar o conteúdo de forma que faça sentido para os alunos.

O conteúdo a ser explicado, exemplos e exercícios distribuídos no grau de dificuldade.

A fundamentação em um problema ou pergunta. Por meio desta situação problema o professor orienta os alunos na busca pela resposta. Usando assim uma metodologia ativa e significativa. Para isso buscar metodologias ativas para trabalhar o conteúdo e tornar a aula mais interessante.

O objetivo.

Questões relacionadas a diversidade em todos os âmbitos e formulação do pensamento crítico.

Os objetivos bem delineados, metodologia para realização desses objetivos.

Ser uma aula dialogada, com interação.



O conteúdo programático, mas principalmente a forma de chegar a esse conteúdo, o método.

O importante é a intenção da aula e os meios para atingir o objetivo, além da avaliação daquilo que foi dado e aprendido.

Conter o conteúdo que será trabalhado e de que forma o professor irá contextualiza-lo; uma boa abordagem metodológica. E os processos avaliativos.

Associar os pilares da Educação - Ensino, Aprendizagem, Currículo, Contexto Social e Avaliação da Aprendizagem

Deixar claro os objetivos, materiais de apoio, metodologia para a aula em si.

Saber vestir o básico, dominar o conteúdo.

Saber o que vai dar, ter habilidade e saber a teoria.

Coerência didático-pedagógica, responsabilidade científica e social, criticidade de pensamento e valorização do conhecimento dos educandos.

Atrelar o conhecimento prévio do aluno aos conteúdos a serem trabalhados; interdisciplinaridade; criatividade; considerar o protagonismo dos alunos etc.

O passo a passo a ser ministrado em sala de aula

Interdisciplinaridade

Organização; clareza de objetivos; coerência das atividades com a temática, público-alvo e tempo de aula; progressão na sequência didática; flexibilidade, criatividade e dinamismo; metodologias e recursos utilizados; estratégia de avaliação.

Os objetivos, como vou alcançar os objetivos, a metodologia utilizada e ter uma breve avaliação em cada aula.

Cronograma de realização das aulas para atingir os objetivos.

Identificação do problema, Conteúdos trabalhados, Metodologia e Avaliação, Recursos Didáticos utilizados, Bibliografia Básica.



O que é importante conter em exercícios e atividades avaliativas?

34 respostas

Raciocínio do aluno, conteúdo ministrado que permite demonstrar o conhecimento adquirido.

Contextualização de diferentes tipos, múltipla escolha, questões fechadas, cálculo, interpretação, interdisciplinaridade.

Tem que ter uma atividade muito simples, que qualquer aluno que escutou o que eu falei na sala de aula consiga fazer. Além disso, questões mais elaboradas que façam os alunos a racionar. Provas

Gosto de questões abertas para compreender as ideias próprias do aluno. Subjetividade do aluno.

O treinamento dos conceitos abordados em sala de aula

Textos que fazem link com as questões a serem trabalhadas e com os conteúdos.

Questões a respeito do conteúdo básico que foi explicado

Textos com temáticas contemporâneas, para discutirem, darem opinião.

Exercícios que tragam significado aquilo que o aluno está aprendendo.

Contemplar o conteúdo da ementa e trabalhado na disciplina.

Coerência com o conteúdo trabalhado.

O conteúdo abordado, ter questões que avaliam a compreensão, questões que levem a reflexão.

Situações problemas que possam levar o aluno à contextualizar com seu cotidiano.

Problemas

Uma contextualização, preferencialmente relacionando o tema as atualidades. Assim usando notícias de jornais ou mesmo ou publicações específicas.

Reflexões sobre o conteúdo além da memorização, se possível relacionando a vida cotidiana.

Que os alunos consigam desenvolver formulações de argumentos consistentes, além de opiniões gerais.

Atividades objetivas e questões discursivas, equilíbrio entre elas. Interpretação do aluno. Questões bem elaboradas. Estética da prova.



Relacionar o conteúdo com algum dado da realidade do discente.

Leitura e argumentação.

Adequação ao nível de aprendizado do aluno, atividades motivadoras.

Uma abordagem contextualizada e crítica do conteúdo trabalhado. É necessário que o professor preze pela interpretação e análise crítica e não pela memorização de tópicos específicos.

A retroalimentação para minha prática pedagógica

Trabalho com produção de texto e com questões de multipla escolha, além de seminários.

Interpretações de textos, de gráficos e a questão do conteúdo.

Teoria.

Enunciado claro, Questões que sejam reflexivas e valorização da diversidade de pensamento.

Estratégias diversificadas de verificação como um processo formativo gradual e não algo pontual, quantitativo.

Conteúdos abrangidos durante o período letivo e variedade de perguntas e questões de forma a abranger um número maior de possibilidades de participação.

Aplicações

Clareza na relação da estratégia de avaliação utilizada com a aprendizagem, mas com alternativas, levando-se em conta as diferentes situações e particularidades que possam surgir.

Contextualização da temática, com leitura e interpretação.

Questoes/problemas que envolvem os tópicos trabalhados visando a aprendizagem.

Contextualização e relação entre a teoria e a realidade vivenciada pelo estudante ou pela sociedade no momento contemporâneo.



Você costuma fazer um plano de aula? O que não pode faltar no mesmo?

102

34 respostas

Não.

Sim. O conteúdo a ser ministrado e uma boa organização de datas.

Sim, costumo fazer. Deve ser completo, objetivos, recursos didáticos, contextualização, interdisciplinaridade, experimentação...

Não. Faço plano de ensino e slides.

Não.

Sim, a aplicação da teoria abordada, através de questões.

Não, mas há um planejamento o plano de ensino.

Sim. O conteúdo de cada aula e os objetivos sites

A sequência de conteúdo.

Não, costumo fazer um plano de ensino bimestral.

A adequação do conteúdo e o planejamento de acordo com a carga horária da disciplina.

Sim, objetivos, procedimentos.

Sim. O roteiro do que será abordado em sala de aula.

Sim, o exercício.

Sim. Metodologia e materiais.

Sim. Delimitação do objetivo e metodologia para atingi-lo.

Sim. Exemplificações no campo das artes, articulando os objetivos com os conteúdos.

Faço o plano de ensino. Não faço o plano de aula em si, mas sei o que quero abordar em certa aula.

Sim. Trazer um dinamismo de acordo com as vivências do público-alvo.

Sim. O conteúdo e o objetivo e como chegar.



Sim. Não pode faltar o objetivo, as estratégias metodológicas e a avaliação (por parte dos professor e aluno).

Faço um plano de ensino para o bimestre inteiro. Nele é essencial conter o conteúdo que será trabalhado e também a forma sobre como deve-se abordá-lo em sala. A metodologia e a questão avaliativa também são primordiais.

Sim. Não pode faltar o contexto social que os estudantes estão inseridos.

Sim. Organização didática, coerência de ideias e criticidade de pensamento.

Faço planejamento das aulas, mas em um modelo menos formal. E sempre considero estratégias que possam promover formação crítica, criativa e cidadã dos alunos.

Sim. Costumo fazer anotações gerais sobre as aulas que tenho que ministrar

Interações com outras áreas científicas e humanas

Sim. Organização; clareza de objetivos; coerência das atividades com a temática, público-alvo e tempo de aula; progressão na sequência didática; flexibilidade, criatividade e dinamismo; metodologias e recursos utilizados; estratégia de avaliação.

Sim. Objetivos e cronograma detalhado para tentar atingí-los.

Sim. Conteúdos trabalhados e metodologias.



Você possui algum material de referência? Se sim, qual?

34 respostas

Livros didáticos.

Sim. Ricardo Feltro, Martha Reis, Usberco e Salvador.

De acordo com a ementa do curso, as referências bibliográfica básica e completar. E outras que julgo boa.

Os livros didáticos, artigos de revistas científicas, química nova na escola, periódicos da CAPES, SciELO.

Sim, livros de didático, livros paradidáticos e matérias de outros professores, e material da faculdade. Os livros dos autores que trabalho.

Sim, Livros.

Sim, os livros e bibliografias dos autores com quais eu trabalho, da minha linha de estudo.

Livros

Livros do PNLD atual e os anteriores.

Coleções de livros e a partir deles desenvolvo uma apostila.

Sites da internet, coleção de matemática do ensino médio.

Sim. Disponibilizo para os alunos bibliografias sobre o conteúdo da matéria, embora no dia-a-dia não adote um livro didático específico. Preparo as aulas e as notas das mesmas que ficam a disposição dos alunos.

Livros didáticos

As publicações atualizadas disponíveis no Avamec, por serem mais atuais.

Livro didático.

Material autoral.

Gramáticas da minha área de formação e materiais coletados em sites educativos.

História concisa da Literatura Brasileira. Alfredo Bosi.

Livro didático, sociologia no século 21, textos e sites e artigos.



As minhas referências são obras da educação física com uma abordagem crítica.

Sim. Os livros do Milton Santos, principalmente "por uma outra globalização "; "território e sociedade no início do século XXI" ; e a "Urbanização brasileira ". Além dos livros didáticos disponibilizadas pela instituição.

Sim. A cada ano investigo um material diferente.

Não possuo algo específico.

Não.

O livro de capa preta.

Sim, diversos livros didáticos e científicos, e sites acadêmicos.

Diversos materiais: livros, artigos científicos, livros didáticos, jornais, sites etc.

Possuo alguns livros didáticos

Etnomatematica _ Ubiratan Ambrosio

Sim. BNCC, PCNs, artigos, apostilas, vídeos e livros didáticos diversos etc.

Eatle Go, livro/coleção. Coleção High Up.

Sim. Livros didáticos.

Sim. Porvir, Redigir, Educamídia, Scielo (para consulta de artigos em periódicos).

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Utilização](#) - [Política de privacidade](#)

Google Formulários



